

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Lojas Renner S.A. (a "Controladora") tem como atividade principal o comércio no varejo de artigos de vestuários, de artigos de esportes, de acessórios e perfumaria no mercado nacional. Complementam as atividades da Controladora e de suas controladas (em conjunto a "Companhia" ou "Consolidado"), o comércio varejista de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração, a importação de mercadorias, participação societária em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital, como sócia quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios e a realização de empreendimentos diversos, isoladamente ou em conjunto com outras sociedades, a intermediação de serviços financeiros, tais como intermediação de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros, cartão bandeira, entre outros.

A Controladora é uma sociedade anônima com matriz em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa": LREN3).

2 EMPRESAS CONTROLADAS

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas controladas:

Controladas diretas e indiretas	País sede	Moeda	Participação direta e indireta	
			31/12/2016	31/12/2015
Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. ("Youcom")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd. ("LRS")	China	RMB	100,0%	100,0%
(*) Realize Participações S.A.	Brasil	BRL	100,0%	-
(**) Lojas Renner Uruguay S.A. ("LRU")	Uruguai	UYU	100,0%	-
Entidade de Propósito Específico (EPE)				
(***) Fundo em Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC Lojas Renner")	Brasil	BRL	31,80%	33,76%

(*) Em 2016, a Lojas Renner S.A. integralizou capital na Realize Participações S.A.
(**) Em maio de 2016, a Lojas Renner S.A. integralizou capital na empresa Lojas Renner Uruguay S.A.
(***) Refere-se ao percentual de participação da quota subordinada (vide nota explicativa nº 10).

2.1 DROMEGON PARTICIPAÇÕES LTDA. ("DROMEGON")

A Dromegon detém a propriedade de alguns dos imóveis utilizados nas operações comerciais da Companhia e suas receitas se limitam ao aluguel destes imóveis.

2.2 RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. – ("RACC")

A RACC oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, mediante contrato de convênio para concessão de empréstimos junto a instituições financeiras, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção desse tipo de empréstimo. A RACC também opera com o cartão bandeira denominado Meu Cartão.

2.3 MAXMIX COMERCIAL LTDA. ("CAMICADO")

A Camicado tem como atividade o varejo de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração.

2.4 FASHION BUSINESS COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA. ("YOUCOM")

A Youcom tem como objeto o comércio varejista especializado em artigos de vestuário e calçados, perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, relógios e artigos de esportes.

2.5 LOJAS RENNER SHANGHAI TRADING CO. LTD. ("LRS")

A LRS tem como objeto desempenhar as funções de compras, controle de qualidade e desenvolvimento de amostras, e ser também um veículo de aproximação com parceiros comerciais e de apoio para a prospecção de novos fornecedores.

2.6 REALIZE PARTICIPAÇÕES S.A.

A Realize Participações S.A. tem como objeto a participação societária em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Realize Participações ainda não detinha participação societária.

2.7 LOJAS RENNER URUGUAY S.A. ("LRU")

A LRU tem como objeto o comércio varejista especializado em artigos de vestuário e calçados, perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, relógios e artigos de esportes. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Lojas Renner Uruguay encontrava-se em fase pré-operacional.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas (nota explicativa nº 5.2).

Exceto em relação a determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos (nota explicativa nº 5.6), as demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas na gestão do negócio.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 8 de fevereiro de 2017.

4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras consolidadas e individuais. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente para todos os exercícios apresentados.

5.1 POLÍTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Controladas e princípios de consolidação

Controladas são todas as entidades controladas direta e indiretamente pela Companhia. Considera-se existir controle quando a Lojas Renner detém, direta e indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, a fim de obter benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Controladora.

Conforme estabelecido pela instrução CVM nº 408/04, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do FIDC Lojas Renner, uma vez que este representa uma entidade de propósito específico onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas. No processo de consolidação do FIDC Lojas Renner foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o Fundo.

5.2 ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A Administração avalia como políticas contábeis críticas aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e que, também, requerem os julgamentos mais difíceis e subjetivos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões que são incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos à medida que aumenta o número de premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a Companhia adotou premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso normal da operação, a demonstração de sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

Além do atendimento às normas e regras contábeis vigentes, a Administração entende que a adoção das políticas contábeis críticas e que envolvem estimativas são essenciais para a produção da melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial no encerramento de cada exercício, ainda que sobre estas, temporariamente, não se possa ter precisão, dado o caráter de subjetividade e complexidade envolvidos.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são:

5.2.1 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Baseiam-se nas informações de seus assessores jurídicos para constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, atualizadas até as datas dos balanços. No entanto, em decorrência do trâmite dos processos, a classificação da probabilidade de perda pode não ser definitiva até a conclusão dos processos.

5.2.2 Provisão para perdas em crédito

Com base nos níveis históricos de inadimplência e nas incertezas do contexto macroeconômico (inflação, taxas de juros, cenários de retração nas linhas de crédito, nível de emprego, massa salarial, etc), consideramos a provisão para perdas em crédito como uma estimativa contábil crítica, que requer julgamento na constituição da provisão de perdas.

5.2.3 Provisão para perdas em estoque

Consideramos a provisão para perdas em estoque como uma estimativa contábil crítica, pois é baseada nos níveis históricos de perdas da Companhia, que será concretizada somente quando da realização dos inventários, os quais refletirão o modelo de operação da Companhia e servirão como base para as atualizações da provisão de perdas.

5.2.4 Taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente

Entendemos que a determinação da taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente é crítica, pois envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico, que influenciam nas variáveis utilizadas para determinação da taxa.

5.2.5 Determinação dos valores justos da opção de compra de ações e dos instrumentos financeiros

Com base nas incertezas do contexto macroeconômico (inflação, taxas de juros, volatilidade da ação da Companhia, flutuação da cotação do dólar, etc), consideramos a determinação dos valores justos da opção de compra de ações e dos instrumentos financeiros uma estimativa contábil crítica que requer julgamento.

5.2.6 Estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos está relacionada com as projeções de fluxos de caixa descontados, às quais são baseadas nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um exercício de 10 anos. Além disso, a estimativa da realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos envolve as incertezas das demais provisões, desta forma, a Companhia entende que esta política contábil é uma estimativa crítica que requer julgamento.

5.2.7 Determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível

A vida útil do ativo imobilizado e do intangível é revisada anualmente, com base em avaliações técnicas de engenheiros especialistas da área. Desta forma, a Companhia entende que esta política contábil é uma estimativa crítica que requer julgamento.

5.2.8 Avaliação de impairment de ativos intangíveis com vida útil indeterminada

Para determinação do valor recuperável, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um exercício de 10 anos considerando as seguintes premissas: receitas, custos e despesas projetadas de 2017 a 2026, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade, taxas de inflação, cronograma de abertura de lojas, entre outras. Com base nessas incertezas, consideramos a avaliação de impairment de ativos intangíveis com vida útil indeterminada uma estimativa contábil crítica que requer julgamento.

5.3 APRESENTAÇÃO DOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia, que é o Conselho de Administração, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

As informações por segmento da Companhia estão segregadas em:

Varejo: comércio de artigos de vestuário (moda feminina, masculina e infantil), perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, correlatos, relógios, bem como o segmento de casa & decoração;

Produtos financeiros: serviços financeiros, com operações de intermediações de serviços financeiros com encargos, empréstimos pessoais, e corretagem de seguros.

Maiores detalhes, vide nota explicativa nº 33.

5.4 TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (R\$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

A diferença de moeda estrangeira gerada na conversão das demonstrações financeiras das Controladas cuja a moeda funcional não seja o real ("R\$") para moeda de apresentação real ("R\$") são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

5.5 RECEITA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as controladas.

5.5.1 Venda de mercadorias - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro ou cartão de crédito, ou por financiamentos concedidos (nota explicativa nº 34).

5.5.2 Vendas de produtos e serviços financeiros

A Companhia realiza operações de crediário próprio e oferta de empréstimos pessoais e financiamento de vendas via convênios com instituições financeiras. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos (nota explicativa nº 34) e para operações conveniadas, de acordo com a efetiva prestação dos serviços.

5.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis, e os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado e designados ao valor justo. A mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros não derivativos é feita de acordo com sua classificação.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos no momento do seu reconhecimento inicial, de acordo com sua natureza e finalidade.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro não derivativo quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retida, cancelada ou expirada. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.6.1 Ativos financeiros não derivativos

5.6.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata (cujo resgate pode ser realizado em um período inferior a 90 dias da data da aplicação, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estão sujeitos a risco de mudança relevante de valor) e o saldo de rendimentos de aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner (quota subordinada Controladora), registradas em montantes similares aos valores de mercado. No Consolidado, também está incluído o saldo das aplicações financeiras do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner, o qual tem uso restrito para aquisições de recebíveis originados nas operações da Controladora.

Os equivalentes de caixa são mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Na prática, o custo amortizado e o valor justo se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

Quaisquer perdas ou ganhos são reconhecidos no resultado.

5.6.1.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelas vendas de mercadorias, pelas utilizações do cartão bandeira na rede conveniada (Meu Cartão), bem como pelos valores de empréstimos pessoais concedidos aos seus clientes por instituições financeiras.

A provisão para perdas em créditos é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Em relação aos empréstimos pessoais e cartão bandeira, as estimativas para perdas em créditos são constituídas com base na classificação de risco das operações, similar aos critérios de classificação das operações de crédito definidos pelo Banco Central do Brasil.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações de vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa do custo médio ponderado de capital da Companhia e uma taxa de risco de crédito e, reflete na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 9) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

A Controladora realiza operações de securitização de contas a receber por intermédio do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner ("FIDC Lojas Renner"), conforme nota explicativa nº 10.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 9).

5.6.1.3 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e alocar a sua receita ou despesa de juros ao longo do exercício correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros projetados durante a vida estimada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

5.6.1.4 Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

5.6.2 Passivos financeiros não derivativos

5.6.2.1 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os saldos de empréstimos, operações de serviços financeiros, arrendamento mercantil financeiro e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

Os saldos dos financiamentos de importações ("FINIMP") e do empréstimo de capital de giro Lei 4.131 Bacen são mensurados pelo valor justo, utilizando o método da abordagem da receita, o qual converte fluxos de caixas futuros em um valor único. O valor justo reflete as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

5.6.2.2 Contas a pagar de fornecedores

Contas a pagar de fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota explicativa nº 22).

5.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os derivativos são reconhecidos ao seu valor justo na data em que são contratados e são posteriormente remensurados a valor justo no encerramento do exercício. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: *hedge* de fluxo de caixa (nota explicativa 25.5.1).

A Companhia documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos utilizados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação dos fluxos de caixa dos itens protegidos.

O passivo a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 25.5. As movimentações nos valores de *hedge* de fluxo de caixa estão apresentadas nas "Demonstrações dos resultados abrangentes".

5.7.1 Hedge de fluxo de caixa

A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos (nota explicativa 25.5.1).

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidada, é reconhecida no patrimônio líquido como "ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

5.7.2 Swap e Non-Deliverable Forward (NDF)

Nas operações de *swap* e *Non-Deliverable Forward* (NDF), não designadas para *hedge accounting*, os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.8 AJUSTE A VALOR PRESENTE

As operações de compras e vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia, mais risco de crédito, no caso de clientes. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das vendas a prazo foi de 2,02% a.m. (1,84% a.m. em 31/12/2015) e reflete, na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 1,05% a.m. (0,99% a.m. em 31 de dezembro de 2015).

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e estoques e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores nele registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 9) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

5.9 ESTOQUES

São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os impostos por ventura não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. O custo dos estoques de mercadorias importadas também consideram quaisquer ganhos ou perdas de hedge de fluxo de caixa liquidados que são transferidos do patrimônio líquido.

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos da estimativa de perdas para ajustá-los aos valores realizáveis líquidos, quando aplicável.

5.10 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	Taxa média anual	Vida útil média
Imobilizado		
Imóveis	1,76%	57 anos
Móveis, Equip, Instal e Benfeitorias	10%	10 anos
Veículos	20%	5 anos
Computadores e Periféricos	20%	5 anos
Intangível		
Sistemas de Informática	20%	5 anos
Direito de utilização de imóveis	10%	10 anos

A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado e o intangível para verificação de possíveis perdas conforme descrito na nota explicativa nº 5.11. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado e intangível.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

5.11 IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor no qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam geração de fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), de acordo com as visões de análise utilizadas pela Administração. Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

5.12 PROVISÕES

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

5.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

A provisão para imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é mensurada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.13.1 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício.

5.13.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes do reconhecimento inicial do ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na data da aquisição.

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos é apresentado líquido nas demonstrações financeiras.

5.14 BENEFÍCIOS A ADMINISTRADORES, EXECUTIVOS E COLABORADORES

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e colaboradores com seus objetivos, a Companhia possui um plano de outorga de opção de compra de ações, um plano de ações restritas e um programa de participação de resultados, conforme a seguir descrito:

5.14.1 Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa cujas premissas principais para o reconhecimento do pagamento estão relacionadas ao atingimento do resultado operacional, de metas de vendas, cartões ativados, entre outras.

5.14.2 Plano de opção de compra de ações

A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações para administradores e executivos selecionados, ofertando a eles a possibilidade de adquirir ações da Companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo *Black&Scholes*. A despesa é registrada em uma base "*pro rata temporis*", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção (nota explicativa nº 31).

5.14.3 Plano de ações restritas

A Companhia aprovou um plano de ações restritas para administradores, executivos e empregados selecionados da Companhia ofertando a eles as ações restritas na forma e condições descritas no plano (nota explicativa nº 32). A despesa é registrada em uma base "*pro rata temporis*" que se inicia na data da outorga, até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário. A despesa corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor da ação na data da outorga. A provisão dos encargos sociais é atualizada mensalmente de acordo com o valor de fechamento da ação da Companhia.

5.15 DISTRIBUIÇÕES DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa nº 13.4).

5.16 ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO A PAGAR

Os contratos de arrendamento mercantil de bens destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas são classificados como *leasing* financeiro sempre que os termos do contrato transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no balanço, pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os contratos são contabilizados como um ativo imobilizado ou intangível e um passivo de financiamento, sendo os ativos submetidos à depreciação ou amortização durante a vida útil econômica

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do ativo (notas explicativas nº 15 e 16) ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento (nota explicativa nº 18.3), quando este for menor.

As parcelas pagas do arrendamento mercantil financeiro são alocadas, parte no passivo e a parte referente aos encargos financeiros no resultado. As obrigações correspondentes são classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato.

5.17 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme os IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis que servem de base de preparação para as demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

6 NORMAS, INTERPRETAÇÕES E REVISÕES DE NORMAS NÃO VIGENTES

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016:

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009, o IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda um novo modelo de perdas em crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 traz maior flexibilidade em relação às exigências de efetividade do hedge. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia fez uma avaliação preliminar e não espera alterações materiais nas posições patrimoniais e de resultados com a adoção de referida norma. A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, deverão ser reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1 de janeiro de 2018;

- IFRS 15, "Receitas de contratos com clientes", emitido em maio de 2014. Esta norma tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para relatar informações correspondentes à natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixa decorrentes de um contrato com cliente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia fez uma avaliação preliminar e não espera impactos nas posições patrimoniais e de resultados por conta da aplicação da nova norma. Eventuais impactos, embora não esperados, deverão ser tratados prospectivamente na abordagem de transição;

- IFRS 16, "Arrendamento", emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma, no entanto, dado a característica de boa parte de seus contratos, de caráter contingente (% de vendas), a baixa representatividade dos novos contratos em relação aos contratos existentes e a relativa linearidade do custo dos contratos ao longo do tempo, não espera mudanças relevantes no resultado líquido, no entanto, é provável que seja apurado lucro operacional antes das amortizações, dos juros e dos impostos sobre o lucro ("LAJIDA") superior aos apresentados segundo as normas atuais, dado que o custo de parte dos contratos passará a ser reconhecido via depreciação e amortização e despesas financeiras;

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

7 GERENCIAMENTO DE RISCOS

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados: (i) risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros); (ii) risco de crédito; (iii) risco de liquidez, (iv) risco de capital e (v) riscos socioambientais.

O gerenciamento de riscos da Companhia é executado por uma estrutura multidisciplinar, possibilitando que a Diretoria avalie se a gestão do negócio está em linha com as políticas e diretrizes definidas pela Administração. Em abril de 2012, o Conselho de Administração da Companhia criou o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, que tem como objetivo identificar e monitorar os principais fatores de risco da Companhia.

7.1 RISCOS DE MERCADO

7.1.1 Risco cambial

O risco cambial é decorrente de operações comerciais futuras e atuais, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano e captação de empréstimo em moeda estrangeira. A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger até 100% de suas importações via operações de hedge, compostas por contratos de compra a termo de moeda do tipo *Non-Deliverable Forward (NDF)* e até 100% do valor contratado de empréstimo em moeda estrangeira (Lei 4.131 Bacen e FINIMP).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para definição da cotação do dólar utilizada no cenário esperado, a Companhia segue projeções do mercado futuro BM&FBovespa para 31 de março de 2017. É importante destacar que a exposição líquida efetiva está relacionada preponderantemente a estimativa de fluxos de caixa futuros, para os quais há possibilidade de ajuste na composição de preços a serem praticados no varejo, como forma de compensar eventuais reflexos de custos por ocasião da ocorrência de cenários de deterioração na cotação do dólar. Considere-se que, substancialmente, os resultados efetivos serão percebidos somente quando da liquidação dos pedidos de importação, empréstimos em moeda estrangeira e swaps.

Abaixo, demonstramos a exposição líquida e a análise de sensibilidade relacionada aos pedidos de importações de mercadorias, swaps e empréstimo em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2016:

Derivativos designados para hedge accounting	Nacional US\$ Receber (Pagar)	Provável US\$ 1 = R\$ 3,3277	Consolidado			
			Valorização da moeda		Desvalorização da Moeda	
			Possível +25% US\$ 1 = R\$ 4,1596	Remoto 50% US\$ 1 = R\$ 4,9916	Possível -25% US\$ 1 = R\$ 2,4958	Remoto -50% US\$ 1 = R\$ 1,6639
Objeto de hedge	(150.967)	3.253	(117.356)	(237.951)	123.805	244.385
Instrumento de hedge	150.967	(3.910)	116.731	237.372	(124.551)	(245.192)
Exposição líquida Pedidos Importação	-	(657)	(625)	(579)	(746)	(807)
Exposição Custo de Importação	(7.549)	163	(5.868)	(11.898)	6.190	12.219
Derivativos não designados para hedge accounting	(7.549)	163	(5.868)	(11.898)	6.190	12.219
Objeto	(51.500)	738	(41.191)	(83.120)	42.666	84.595
Instrumento	51.500	(727)	40.582	81.892	(42.037)	(83.347)
Exposição líquida Swap	-	11	(609)	(1.228)	629	1.248
Exposição líquida Total / Efeito	-	(483)	(7.102)	(13.705)	6.073	12.660
Aumento (redução) no resultado, líquido do efeito dos impostos	-	(319)	(4.687)	(9.045)	4.008	8.356

Ainda que sejam contratadas proteção para maior parte da exposição em dólar norte americano, o fato de utilizar-se o dólar médio ponderado BM&FBovespa para exposição dos pedidos de importação e o dólar BM&FBovespa para os vencimentos dos contratos a termo de moeda, apresentam-se pequenas diferenças temporais, que praticamente se anulam quando da liquidação efetiva das operações. Em relação aos impactos do empréstimo e do swap contratado para proteção da exposição ao dólar nestes contratos, a exposição líquida demonstrada está relacionada ao custo fixo dos juros, impostos mais *Libor*, não cobertos pelo instrumento de proteção contratado.

7.1.2 Risco de taxa de juros

O risco referente a taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata), financiamentos de operações de serviços financeiros, debêntures, empréstimos e swap. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos alocados no mercado de renda fixa, com captações remuneradas tanto a taxa de juros fixa, bem como atreladas ao CDI, a TJLP, a Selic, a *Libor* e também com variação de índices de inflação. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como o curto prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Companhia baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as taxas vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, conforme requerido pela IN CVM nº 475/08, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI, TJLP, Selic e IPCA em 25% ou 50% superiores e inferiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI, TJLP, Selic e o IPCA para a próxima divulgação (indicadores e sensibilidade para 31 de março de 2017) de, respectivamente 12,94% a.a, 7,5% a.a, 12,96% a.a e 4,55% a.a. As estimativas de CDI e SELIC têm como base projeções do mercado futuro BM&FBovespa e TJLP tem como base BNDES.

Abaixo, demonstramos a análise de sensibilidade do risco das taxas de juros em 31 de dezembro de 2016:

Instrumentos Financeiros	Risco	Saldo em 31/12/2016	Cenário Provável	Consolidado			
				Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
				Possível (+) 25% - R\$	Remoto (+) 50% - R\$	Possível (-) 25% - R\$	Remoto (-) 50% - R\$
Equivalentes de caixa	Baixa CDI	768.329	23.673	29.591	35.510	17.755	11.837
Empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	Alta CDI e IPCA	(1.008.267)	(28.549)	(35.686)	(42.823)	(21.412)	(14.274)
Financiamentos operações serviços financeiros	Alta CDI	(795.635)	(12.309)	(15.386)	(18.464)	(9.232)	(6.155)
Redução no resultado do exercício		(1.035.573)	(17.185)	(21.481)	(25.777)	(12.889)	(8.592)
Impacto no resultado, líquido de impostos			(11.342)	(14.177)	(17.013)	(8.507)	(5.671)

7.2 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito da Companhia refere-se, em suma, aos equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos.

7.2.1 Equivalentes de caixa

Conforme política financeira da Companhia, os equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) devem ser aplicados em instituições financeiras com classificação de risco de crédito (*rating* de longo prazo em escala nacional) com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado. A classificação dos *ratings* dos equivalentes de caixa estão de acordo com as principais agências de classificação de risco.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo, demonstramos a qualidade do crédito dos equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2016:

Rating - Escala Nacional	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
brAAA	-	96.254
brAA+	-	245.196
brAA	-	202.423
brAA-	387.293	-
brA+	268.499	-
(*) N/a - Fundo - Brasil Plural Crédito Privado Retail FIRF	112.537	100.160
Total - Escala Nacional	768.329	644.033

(*) Não aplicável, pois não consta classificação de risco para o Fundo – Brasil Plural Crédito Privado Retail FIRF nas principais agências de classificação de risco. Os ativos que compõem a carteira do referido fundo possuem classificação de risco brAAA em pelo menos uma das agências de classificação de ratings.

7.2.2 Contas a receber de clientes

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos avançados, vinculados à área de risco e fraude e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Segue a abertura da qualidade do crédito no Consolidado conforme análise de risco da carteira em 31 de dezembro de 2016:

Classificação da qualidade do risco de crédito	31/12/2016			
	CCR + Cartão de Terceiros	Meu Cartão	Empréstimo Pessoal	Total
Baixo	1.167.526	229.762	5.310	1.402.598
Médio baixo	170.894	98.855	44.460	314.209
Médio	142.235	76.843	212	219.290
Médio alto	190.018	56.654	56.691	303.363
Alto	98.714	67.350	30.576	196.640
Total	1.769.387	529.464	137.249	2.436.100

Classificação da qualidade do risco de crédito	31/12/2015			
	CCR + Cartão de Terceiros	Meu Cartão	Empréstimo Pessoal	Total
Baixo	1.085.735	168.186	16.755	1.270.676
Médio baixo	182.569	90.332	42.975	315.876
Médio	167.337	73.059	711	241.107
Médio alto	207.161	72.135	77.815	357.111
Alto	85.080	51.513	32.007	168.600
Total	1.727.882	455.225	170.263	2.353.370

A classificação interna do risco da qualidade do crédito da carteira do contas a receber está descrita abaixo:

Baixo – Clientes com probabilidade menor ou igual a 9,3%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

Médio baixo – Clientes com probabilidade maior do que 9,3% e menor ou igual a 16,8%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

Médio – Clientes com até 4 meses de Cartão de Crédito Renner, com pouco histórico de movimentação para fins de medição probabilística de inadimplência.

Médio alto – Clientes com probabilidade maior do que 16,8% e menor ou igual a 31,3%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

Alto – Clientes com probabilidade maior do que 31,3% de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

Os recebíveis da Companhia são originados nas suas operações de varejo a pessoa física de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a ausência de instrumento de garantia, de modo que, os valores registrados no contas a receber representam a dimensão adequada da exposição da Companhia ao risco de crédito. No processo de gestão da recuperação dos créditos, a Companhia não realiza novação de dívida e, portanto, o aging registrado no contas a receber reflete as condições originais dos contratos.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2.3 Instrumentos Financeiros Derivativos

Os ratings dos derivativos estão de acordo com as principais agências de classificações de risco.

Abaixo demonstramos a qualidade do crédito dos instrumentos financeiros derivativos em 31 dezembro de 2016:

Rating - Escala Nacional	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
brAA+	-	73.145
brAA	-	1.667
brAA-	348	-
(*) N/a	18	24.972
Total - Escala Nacional	366	99.784

(*) Não aplicável, pois não consta classificação de rating na escala nacional. Com relação a escala global, a classificação de rating é A+.

7.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A Companhia tem adotado a gestão de suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de varejo, bem como no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito. Os principais objetivos da Administração na gestão de um caixa mínimo estratégico são: i) precaução para momentos de incerteza na economia; ii) garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão da Companhia; iii) garantir a manutenção/expansão das operações de produtos financeiros em momentos de restrição de crédito; iv) garantir a amortização e serviços de dívidas, v) e garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos a Companhia apresentam espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis, não gerando risco de quebra desses limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia.

A Companhia possui empréstimos com cláusulas contratuais que requerem a manutenção de indicadores financeiros tendo como principal operação com cláusulas dessa natureza as Debêntures, tendo a 4ª emissão emitida em 15 de julho de 2011, a 5ª emissão emitida em 15 de junho de 2012 e a 6ª emissão emitida em 1º de agosto de 2013. Abaixo a síntese dos índices financeiros (Covenants) previstos, conforme documentos de oferta pública registrada na CVM:

4ª emissão de debêntures de 15 de julho de 2011:

Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 2,5;

EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero).

5ª emissão de debêntures de 15 de junho de 2012:

Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 3,0;

EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero).

6ª emissão de debêntures de 1º de agosto de 2013:

Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 3,0;

EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero).

A Companhia monitora estes índices periodicamente e tem confirmado o atendimento das premissas contratuais estabelecidas.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros do Consolidado:

Em 31 de dezembro de 2016	Saldo Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.008.267	1.150.638	181.553	216.925	300.437	363.195	77.114	11.414
Financiamentos - operações serviços financeiros	795.635	918.876	136.845	238.153	53.880	46.775	443.223	-
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	72.018	230.119	1.165	2.869	6.308	16.742	38.632	164.403
Fornecedores	679.721	679.721	679.721	-	-	-	-	-
Obrigações com administradoras de cartões	291.891	291.891	238.878	42.433	10.580	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	57.530	59.025	44.001	14.299	725	-	-	-
Total	2.905.062	3.330.270	1.282.163	514.679	371.930	426.712	558.969	175.817

Em 31 de dezembro de 2015	Saldo Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.057.115	1.340.547	46.388	133.321	214.316	502.064	433.877	10.581
Financiamentos - operações serviços financeiros	796.465	1.053.189	190.377	213.288	62.881	65.943	520.700	-
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	49.432	190.862	10.029	1.131	2.878	11.393	7.836	157.595
Fornecedores	553.453	553.453	553.453	-	-	-	-	-
Obrigações com administradoras de cartões	241.086	241.086	190.043	39.484	11.559	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.601	2.903	256	138	2.509	-	-	-
Total	2.700.152	3.382.040	990.546	387.362	294.143	579.400	962.413	168.176

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a agência de rating 'Standard & Poors' classificou o rating de crédito da Companhia como brAA+ na categoria escala nacional (Brasil).

7.4 GESTÃO DE CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora os níveis de endividamento em relação à sua capacidade de geração de caixa (LAJIDA/EBITDA) e sua estrutura de capital em 31 de dezembro de 2016 apresenta:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	(615.384)	(317.346)
Não circulante	(392.883)	(739.769)
Caixa e equivalentes de caixa	894.881	737.527
Endividamento líquido	(113.386)	(319.588)
Financiamentos operacionais		
Circulante	(378.266)	(380.914)
Não circulante	(417.369)	(415.551)
Endividamento líquido, incluindo os financiamentos operacionais	(909.021)	(1.116.053)
EBITDA	1.339.110	1.247.165
Endividamento Líquido s/ EBITDA Ajustado	0,68X	0,89X

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa, como consequência, principalmente de um aumento na sua geração de caixa das atividades operacionais.

O saldo do endividamento líquido é consequência das decisões de gestão de capital e os resultados dos encargos líquidos destas posições são refletidos no resultado financeiro.

Os demais passivos apresentados junto ao sistema financeiro correspondem a financiamentos operacionais, cujos encargos são debitados ao resultado operacional e são na sua maior parte diretamente vinculados aos financiamentos dos recebíveis de produtos financeiros. O Endividamento líquido incluindo os financiamentos operacionais reflete a exposição total da Companhia das obrigações contraídas junto ao sistema financeiro.

7.5 RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

7.5.1 Riscos ambientais

A fim de reduzir os impactos ambientais decorrentes de suas operações, a Lojas Renner, desde 2010, atua na gestão dos resíduos gerados em lojas (papel, papelão, lâmpadas, plásticos, frascos de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), que são encaminhados para os centros de distribuição da empresa através da logística reversa, onde são separados e encaminhados para a destinação final. O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos é realizado conforme a Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

7.5.2 Impacto nas comunidades

A Companhia identifica, pela relação de proximidade que possui com fornecedores, a dificuldade, no setor têxtil, de contratação de profissionais especializados. Com a finalidade de minimizar a falta de profissionais e a descontinuidade da produção em seus fornecedores, a Lojas Renner possui um programa de capacitação de mão de obra em parceria com seus fornecedores, no sentido de proporcionar empregabilidade para mulheres e contribuir para o desenvolvimento do segmento de moda no país.

7.5.3 Contratação de fornecedores

De forma a garantir condições dignas de trabalho, para seus colaboradores e toda a sua cadeia de fornecimento, bem como a observância, obediência e cumprimento das mais rigorosas normas e regulamentações trabalhistas, assim evitando e impedindo a existência de quaisquer práticas irregulares como discriminação, assédio, jornadas exaustivas, trabalho forçado, ambiente inseguro e/ou impróprio, ou quaisquer outras condições consideradas – direta ou indiretamente – como análogas ao de trabalho escravo, a Lojas Renner exige que todos os fornecedores assinem um Termo de Compromisso – Conduta Responsável, que formaliza sua adesão ao Código de Conduta e Ética da empresa, além do Contrato Comercial onde se comprometem a cumprir integralmente a legislação trabalhista vigente.

Além disso, a Lojas Renner seleciona apenas fornecedores de revenda certificados pela Abvtex – Associação Brasileira do Varejo Têxtil, e complementarmente investe no monitoramento e avaliações periódicas de 100% dos fornecedores têxteis através de auditorias de Responsabilidade Social, seja através de equipe própria ou por empresas com reconhecida experiência internacional e com foco nas condições de trabalho na cadeia produtiva de fornecedores.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	105.661	82.272	126.552	93.494
CDB (a)	241.362	82.304	300.873	140.337
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (b)	222.389	273.670	239.778	287.726
Títulos do Tesouro Nacional (c)	-	-	101.825	96.253
Aplicações FIDC curto prazo (d)	17.455	36.254	-	-
Fundo - Brasil Plural Crédito Privado Retail FIRF (e)	112.537	100.160	112.537	100.160
Fundo de investimento - BACEN Jude (f)	388	15	388	15
CDB (g)	11.394	18.849	12.928	19.542
Total	711.186	593.524	894.881	737.527

- a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,24% na Controladora e 101,21% no Consolidado (101,08% na Controladora e 101,39% no Consolidado em 31 de dezembro de 2015).
- b) Operações compromissadas cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,64% na Controladora e 101,61% no Consolidado (102,23% na Controladora e 101,95% no Consolidado em 31 de dezembro de 2015).
- c) As aplicações financeiras do FIDC Lojas Renner e da Realize Participações S.A estão aplicadas em letras do Tesouro Nacional. O rendimento médio atrelado ao CDI foi equivalente a 99,32% (100,03% em 31 de dezembro de 2015).
- d) Saldo das aplicações da Controladora no FIDC Lojas Renner.
- e) O Fundo Brasil Plural Crédito Privado Retail FIRF são aplicadas em renda fixa. O rendimento médio atrelado ao CDI foi de 103,03% na Controladora e no Consolidado (101,80% na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2015).
- f) Fundo de investimento criado para as retenções judiciais feitas pelo BACEN, quando necessárias, apresentou rendimento anual médio de 67,93% do CDI na Controladora e no Consolidado (66,58% na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2015).
- g) Aplicações automáticas (Produto Aplic AUT Itaú), cujo rendimento médio é de 10% da variação do CDI (10% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2015).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 7.1.2.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2016	31/12/2015
Cartão de crédito Renner		
A vencer		
A vencer de 1 a 30 dias	254.033	251.988
A vencer de 31 a 60 dias	273.016	271.249
A vencer de 61 a 90 dias	212.848	213.673
A vencer de 91 a 120 dias	157.729	157.049
A vencer de 121 a 150 dias	125.274	125.522
A vencer de 151 a 180 dias	62.580	62.835
A vencer acima de 180 dias	63.421	62.886
Vencidos		
Vencidos de 1 a 30 dias	50.367	54.706
Vencidos de 31 a 60 dias	22.230	23.852
Vencidos de 61 a 90 dias	19.608	20.601
Vencidos de 91 a 180 dias	54.835	63.072
	1.295.941	1.307.433
Ajuste a valor presente	(39.177)	(36.917)
Provisão para perdas em crédito – Varejo	(57.860)	(74.969)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	(538.038)	(549.497)
Rendas a apropriar - títulos cedidos – FIDC Lojas Renner	(60.246)	(60.271)
Posições com saldo credor	(95)	(132)
Total cartão de crédito Renner	600.525	585.647
Administradoras de cartões de terceiros		
A vencer de 1 a 30 dias	230.337	207.781
A vencer de 31 a 60 dias	106.143	100.818
A vencer acima de 60 dias	53.685	50.985
Ajuste a valor presente	(18.572)	(15.459)
Total administradoras de cartões de terceiros	371.593	344.125
Empréstimo pessoal		
Operações a receber	32.977	41.376
Comissões a receber	4.552	5.618
Provisão para perdas em crédito	(34.989)	(36.122)
Total empréstimo pessoal	2.540	10.872
Cartão bandeira		
Valores a receber	56.921	48.588
Outras contas a receber	577	758
Total Controladora	1.032.156	989.990
Administradoras de cartões de terceiros - Controladas		
A vencer de 1 a 30 dias	37.629	28.265
A vencer de 31 a 60 dias	21.151	15.060
A vencer acima de 60 dias	24.501	17.540
Total administradoras de cartões de terceiros - Controladas	83.281	60.865
Empréstimo pessoal – RACC		
Operações a receber	104.272	128.887
Comissões a receber	2.838	3.502
Total empréstimo pessoal – RACC	107.110	132.389
Cartão bandeira – RACC		
A vencer	433.712	374.417
Vencidos	95.752	80.808
Provisão para perdas em crédito	(24.090)	(20.151)
Total cartão bandeira – RACC	505.374	435.074
Outras contas a receber		
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	538.038	549.497
Valores a repassar cartão bandeira coligadas	(56.921)	(48.588)
Outras	233	609
Total outras contas a receber	481.350	501.518
Total Consolidado	2.209.271	2.119.836

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo do contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito, conforme demonstrado na tabela abaixo:

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada abaixo:

	Controladora			Consolidado	
	Cartão Renner	Empréstimo Pessoal	Total	Cartão Bandeira	Total
Saldos em 1/1/2015	(58.878)	(27.189)	(86.067)	(11.926)	(97.993)
(+/-) (Provisão) reversão	(223.771)	(52.694)	(276.465)	(104.032)	(380.497)
Baixas	207.680	43.761	251.441	95.807	347.248
Saldos em 31/12/2015	(74.969)	(36.122)	(111.091)	(20.151)	(131.242)
(+/-) (Provisão) reversão	(190.717)	(47.189)	(237.906)	(142.103)	(380.009)
Baixas	207.826	48.322	256.148	138.164	394.312
Saldos em 31/12/2016	(57.860)	(34.989)	(92.849)	(24.090)	(116.939)

No Consolidado, a Companhia possui provisões para riscos de crédito para todos os clientes com créditos vencidos, de acordo com o histórico de perdas em cada faixa de atraso, no montante total de R\$ 116.939, que correspondem a aproximadamente 42,4% do montante total de créditos vencidos (46,14% em 31 de dezembro de 2015). A Companhia, com base no histórico de recuperação das carteiras, nos processos de crédito e cobrança e análise dos indicadores de inadimplência, entende que os restantes 57,6% (53,86% em 31 de dezembro de 2015) para os quais não há provisão constituída, serão recebidos no curso normal das operações.

A exposição da Companhia ao risco de crédito do contas a receber está divulgada na nota explicativa nº 7.2.2.

10 FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Em maio de 2014, foram iniciadas as operações do FIDC Lojas Renner, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/01 e nº 531/13, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos, de titularidade do Banco Itaú S.A.. O FIDC Lojas Renner tem vida operacional definida, e o encerramento ocorrerá em 12 de maio de 2019.

A estrutura de patrimônio do FIDC Lojas Renner, em 31 de dezembro de 2016, é subdividida em: 16,8 mil quotas "sênior" de titularidade de terceiros, no montante de R\$ 427.733, representativas de 68,2% do patrimônio do FIDC Lojas Renner; e 7.3 mil quotas subordinadas de titularidade da Controladora, no montante de R\$ 199.455 (dos quais R\$ 17.455 são apresentados como caixa e equivalente de caixa e R\$ 182.000 apresentados como FIDC Lojas Renner no ativo não circulante).

O regulamento do FIDC Lojas Renner define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 30% do patrimônio líquido. Caso, esse percentual fique abaixo de 30%, as quotas subordinadas deverão ser integralizadas pela Lojas Renner S.A. imediatamente para que fique dentro da relação mínima. Em 31 de dezembro de 2016 as quotas subordinadas representam 31,8% (33,76% em 31 de dezembro de 2015) do patrimônio líquido do FIDC Lojas Renner. As quotas subordinadas não possuem meta de remuneração.

A Controladora atua como agente de cobrança em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC Lojas Renner.

As operações de securitização de direitos creditórios realizadas pela Controladora para o FIDC Lojas Renner (representados por vendas parceladas e financiamento de clientes inadimplentes) totalizam R\$ 538.038 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 549.497 em 31 de dezembro de 2015).

O saldo dos custos incorridos pela Controladora para a emissão do FIDC Lojas Renner totalizam R\$ 4.593 em 31 de dezembro de 2016, e será reconhecido no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme a taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso. Nas demonstrações financeiras individuais, esse custo encontra-se apresentado no balanço patrimonial como despesas antecipadas e no Consolidado apresentado como redutor dos financiamentos – operações de serviços financeiros.

Em 31 de dezembro de 2016, o balanço patrimonial do FIDC Lojas Renner está assim composto:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
Equivalentes de caixa	86.507	96.253
Contas a receber	538.038	549.497
Outras contas a receber	2.885	929
Total do Ativo	627.430	646.679
Passivo		
Contas a pagar	242	243
Patrimônio líquido - Quota subordinada	199.455	218.254
Patrimônio líquido - Quota sênior	427.733	428.182
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	627.430	646.679

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A meta de remuneração das quotas seniores é calculada com base na taxa CDI acrescida de *spread* de 1,08% a.a, conforme disposto no regulamento do Fundo. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo a resgatar é de R\$ 427.733 (R\$ 428.182 em 31 de dezembro de 2015).

O FIDC Lojas Renner foi consolidado nessas demonstrações financeiras, conforme nota explicativa nº 5.1.

11 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Mercadorias para revenda	620.355	502.134	729.134	584.694
Ajuste a valor presente	(16.703)	(11.807)	(16.703)	(11.807)
Provisão para perdas	(39.611)	(47.588)	(43.444)	(51.410)
Mercadorias para revenda, líquida	564.041	442.739	668.987	521.477
Importações em andamento	80.719	87.742	100.574	92.789
Adiantamento a fornecedores	6.797	1.981	6.797	1.981
Materiais auxiliares e almoxarifado	4.058	4.241	5.908	6.287
Total	655.615	536.703	782.266	622.534

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1/1/2015	(31.263)	(32.219)
(+/-) (Provisão) reversão para perdas	(63.349)	(67.853)
(-) Perda efetiva	47.024	48.662
Saldo em 31/12/2015	(47.588)	(51.410)
(+/-) (Provisão) para perdas	(60.553)	(63.434)
(-) Perda efetiva	68.530	71.400
Saldo em 31/12/2016	(39.611)	(43.444)

12 IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social	19.742	11.812	20.859	14.273
PIS/COFINS	38.267	4.081	38.925	4.706
ICMS	55.185	40.068	80.436	60.789
ICMS - imobilizado	54.884	63.079	60.969	65.967
Outros impostos a recuperar	1.393	849	1.504	1.501
Provisão para perdas	(228)	(498)	(228)	(498)
Total	169.243	119.391	202.465	146.738
Ativo circulante	122.386	71.989	135.841	87.630
Ativo não circulante	46.857	47.402	66.624	59.108
Total	169.243	119.391	202.465	146.738

13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos no ativo não circulante são contabilizados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.1 BASE DE CÁLCULO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Ativo (passivo) fiscal diferido								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	92.849	92.849	111.091	111.091	116.939	116.939	131.242	131.242
Ajuste a valor presente	70.565	70.565	61.710	61.710	70.565	70.565	61.710	61.710
Provisão para riscos tributários	27.111	27.111	27.233	27.233	32.261	32.261	31.243	31.243
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	32.665	32.665	29.417	29.417	33.656	33.656	29.866	29.866
Provisão para perdas de estoque	39.611	39.611	47.588	47.588	43.444	43.444	51.410	51.410
Provisão para participação de empregados	30.654	30.654	38.712	38.712	33.924	33.924	42.998	42.998
Ágio na aquisição de participação societária	-	-	-	-	(16.751)	(16.751)	3.235	3.235
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	-	-	-	-	99.411	96.749	67.600	67.859
Ajustes avaliação patrimonial - hedge	54.502	54.502	(96.583)	(96.583)	57.164	57.164	(96.919)	(96.919)
Mais valia de ativos	-	-	-	-	(30.203)	(30.203)	(30.959)	(30.959)
Leasing financeiro	-	-	(5.124)	(5.124)	-	-	(5.124)	(5.124)
Outras Provisões	24.331	23.643	2.640	2.000	20.498	22.130	1.738	1.095
Total - Ativo fiscal diferido, líquido	372.288	371.600	216.684	216.044	460.908	459.878	288.040	287.656
Alíquotas nominais	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	93.072	33.444	54.171	19.444	115.227	41.389	72.010	25.889

- (i) Créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social das controladas Maxmix Comercial Ltda ("Camicado"), Fashion Business Comércio de Roupas Ltda ("Youcom"), Lojas Renner Shanghai Trading Inc.Co Ltd.. e Lojas Renner Uruguay S.A. Os créditos estão suportados por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de resultados futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a 10 anos. Os estudos técnicos de viabilidade são submetidos anualmente à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

13.2 MOVIMENTAÇÃO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS

Abaixo demonstramos a movimentação dos impostos diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1/1/2015	77.931	95.670
(+/-) Reconhecido no resultado	18.633	25.240
(+/-) Reconhecido em outros resultados abrangentes	(22.949)	(23.011)
Saldo em 31/12/2015	73.615	97.899
(+/-) Reconhecido no resultado	1.532	6.329
(+/-) Reconhecido em outros resultados abrangentes	51.369	52.388
Saldo em 31/12/2016	126.516	156.616

13.3 REALIZAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ATIVOS DIFERIDOS

Baseada no histórico de realizações somente dos ativos diferidos que deram origem ao saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos créditos fiscais:

Período	Controladora	Consolidado
2017	113.589	128.133
2018	7.397	12.657
2019	1.844	10.363
2020	1.844	9.969
2021 em diante	1.842	11.458
TOTAL - Ativos diferidos	126.516	172.580

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.4 ANÁLISE DA ALÍQUOTA EFETIVA DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do IR e CS	845.575	806.413	872.380	828.667
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal (Adições) exclusões permanentes	(287.496)	(274.180)	(296.609)	(281.747)
Despesa com plano de opção de compra de ações	(8.175)	(8.986)	(8.175)	(8.986)
Resultado de participações societárias	17.999	15.920	-	-
Participação dos administradores	(1.683)	(2.486)	(1.683)	(2.486)
Juros sobre capital próprio	58.941	38.407	58.941	38.407
Incentivos fiscais (PAT)	3.848	4.479	3.848	4.479
Incentivo de Inovação - Lei 11.196/2005	1.868	1.904	1.868	1.904
Baixa por perdas em crédito indedutível	(951)	-	(951)	-
Baixa ativo fixo indedutível	(2.340)	-	(2.340)	-
Diferenças de IR e CSLL de controladas	-	-	616	1.503
Outras adições	(2.552)	(2.657)	(2.887)	(2.951)
Parcela isenta do adicional de 10%	24	24	50	48
IR e CS no resultado do exercício	(220.517)	(227.575)	(247.322)	(249.829)
Corrente	(222.049)	(246.208)	(253.651)	(275.069)
Diferido	1.532	18.633	6.329	25.240
Alíquota efetiva	26,08%	28,22%	28,35%	30,15%

14 INVESTIMENTOS

O saldo de investimentos é composto por R\$ 504.381 (R\$ 449.461 em 31 de dezembro de 2015) em empresas controladas e R\$ 46 em outros investimentos (R\$ 63 em 31 de dezembro de 2015).

14.1 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

	Renner Adm. Cartões de Crédito Ltda.	Dromegon Participações Ltda.	Maxmix Comercial Ltda.	Fashion Business Comércio de Roupas Ltda.	Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd. (LRS)	Realize Participações S/A	Lojas Renner Uruguay S/A (*)	Ágio s/ mais valia de ativos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	52.031	10.515	248.024	32.200	-	-	-	1.391	344.161
Aporte de capital	-	-	40.000	22.510	1.514	-	-	-	64.024
Resultado de equivalência	49.205	5.884	1.787	(9.255)	(795)	-	-	-	46.826
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	49	70	260	-	-	-	379
Dividendos	-	(5.878)	-	-	-	-	-	-	(5.878)
Realização do ágio	-	-	-	-	-	-	-	(51)	(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	101.236	10.521	289.860	45.525	979	-	-	1.340	449.461
Aporte de capital	-	-	47.000	37.500	-	15.162	3.875	-	103.537
Resultado de equivalência	55.899	6.610	5.752	(12.496)	(2.760)	106	(174)	-	52.937
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(1.453)	(526)	(278)	-	(78)	-	(2.335)
Dividendos	(101.228)	-	-	-	-	-	-	-	(101.228)
Realização do ágio	-	-	-	-	-	-	-	(50)	(50)
Reclassificação passivo a descoberto (**)	-	-	-	-	2.059	-	-	-	2.059
Saldo em 31 de dezembro de 2016	55.907	17.131	341.159	70.003	-	15.268	3.623	1.290	504.381

(*) O Conselho de Administração aprovou em maio de 2016 a constituição de subsidiária integral da Lojas Renner S.A. no Uruguai para futuras aberturas de lojas da Renner naquele país. A operação no Uruguai iniciará com a abertura de duas lojas no segundo semestre de 2017, em Montevideo, e outras duas unidades em 2018 nos municípios de Canelones na região metropolitana de Montevideo e em Rivera, na fronteira com o Brasil. As unidades seguirão o mesmo padrão das unidades brasileiras, mantendo o posicionamento praticado no Brasil.

(**) O passivo a descoberto da Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd.(LRS) decorre de sua fase ainda inicial de operação e tem contrapartida em créditos com a própria controladora Lojas Renner S/A. A expectativa é de ajuste desta posição à medida da evolução dos negócios, que encontram-se em linha com o planejado.

14.2 RESUMO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DAS CONTROLADAS

	Em 31/12/2016						
	Renner Adm. Cartões de Crédito Ltda	Dromegon Participações	Maxmix Comercial Ltda.	Fashion Business Comércio de Roupas Ltda.	Lojas Renner Shanghai Trading Inc Co.	Realize Participações S/A	Lojas Renner Uruguay S/A
Circulante	722.796	9.487	214.105	37.606	2.177	15.328	491
Não Circulante	17.110	8.043	276.233	66.409	206	-	3.410
Total do Ativo	739.906	17.530	490.338	104.015	2.383	15.328	3.901
Circulante	683.954	396	147.109	33.955	225	59	277
Não Circulante	39	-	2.071	56	4.216	-	-
Total do Passivo	683.993	396	149.180	34.011	4.441	59	277
Patrimônio Líquido	55.913	17.134	341.158	70.004	(2.058)	15.269	3.624
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	739.906	17.530	490.338	104.015	2.383	15.328	3.901
Receita Líquida	281.045	6.833	348.418	81.989	5.756	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	55.905	6.611	5.753	(12.497)	(2.760)	106	(174)
Participação no capital total	99,99%	99,99%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em 31/12/2015				
	Renner Adm. Cartões de Crédito Ltda	Dromegon Participações	Maxmix Comercial Ltda.	Fashion Business Comércio de Roupas Ltda.	Lojas Renner Shanghai Trading Inc Co.
Circulante	708.618	1	167.987	19.096	3.348
Não Circulante	9.679	10.799	245.646	42.952	58
Total do Ativo	718.297	10.800	413.633	62.048	3.406
Circulante	614.741	278	122.488	16.523	1.074
Não Circulante	2.307	-	1.286	-	1.353
Total do Passivo	617.048	278	123.774	16.523	2.427
Patrimônio Líquido	101.249	10.522	289.859	45.525	979
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	718.297	10.800	413.633	62.048	3.406
Receita Líquida	228.852	6.856	294.751	41.722	4.613
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	49.210	5.884	1.787	(9.255)	(795)
Participação no capital total	99,99%	99,99%	100,00%	99,99%	100,00%

15 IMOBILIZADO

15.1 COMPOSIÇÃO

	Controladora			31/12/2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Terrenos	288	-	288	288	-	288
Imóveis	92.898	(2.876)	90.022	31.000	(2.118)	28.882
Móveis, Equip, Instal e Benfeitorias	2.224.716	(933.836)	1.290.880	1.921.846	(759.964)	1.161.882
Veículos	2.014	(1.026)	988	1.871	(755)	1.116
Computadores e Periféricos	165.889	(114.680)	51.209	151.535	(97.740)	53.795
Imobilizado em andamento	70.316	-	70.316	198.373	-	198.373
Total	2.556.121	(1.052.418)	1.503.703	2.304.913	(860.577)	1.444.336

	Consolidado			31/12/2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil
Terrenos	288	-	288	288	-	288
Imóveis	106.999	(8.755)	98.244	43.587	(7.947)	35.640
Móveis, Equip, Instal e Benfeitorias	2.388.228	(972.621)	1.415.607	2.034.664	(786.323)	1.248.341
Veículos	2.015	(1.025)	990	1.874	(755)	1.119
Computadores e Periféricos	171.753	(117.736)	54.017	155.875	(100.151)	55.724
Imobilizado em andamento	75.923	-	75.923	203.090	-	203.090
Total	2.745.206	(1.100.137)	1.645.069	2.439.378	(895.176)	1.544.202

15.2 CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO

	Controladora					
Valor contábil	Saldo em 01/01/15	Adições	Transf.	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/15
Terrenos	288	-	-	-	-	288
Imóveis	29.502	-	-	-	(620)	28.882
Móv, Equip, Instal e Benf	1.005.517	96.809	232.139	(11.860)	(160.723)	1.161.882
Veículos	1.319	287	-	(129)	(361)	1.116
Computadores	46.444	16.150	10.211	(271)	(18.739)	53.795
Imob.em andamento	143.086	297.872	(242.350)	(235)	-	198.373
Total	1.226.156	411.118	-	(12.495)	(180.443)	1.444.336

	Controladora					
Valor contábil	Saldo em 31/12/15	Adições	Transf.	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/16
Terrenos	288	-	-	-	-	288
Imóveis	28.882	-	61.898	-	(758)	90.022
Móv, Equip, Instal e Benf	1.161.882	30.048	302.800	(13.507)	(190.343)	1.290.880
Veículos	1.116	309	-	(70)	(367)	988
Computadores	53.795	4.856	13.797	(938)	(20.301)	51.209
Imob.em andamento	198.373	250.606	(378.495)	(168)	-	70.316
Total	1.444.336	285.819	-	(14.683)	(211.769)	1.503.703

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor contábil	Consolidado					Saldo em 31/12/15
	Saldo em 01/01/15	Adições	Transf.	Baixas	Deprec.	
Terrenos	288	-	-	-	-	288
Imóveis	36.483	-	-	-	(843)	35.640
Móv, Equip, Instal e Benf	1.067.910	101.829	259.689	(12.026)	(169.061)	1.248.341
Veículos	1.321	288	-	(129)	(361)	1.119
Computadores	47.870	16.464	10.915	(281)	(19.244)	55.724
Imob.em andamento	148.691	325.238	(270.604)	(235)	-	203.090
Total	1.302.563	443.819	-	(12.671)	(189.509)	1.544.202

Valor contábil	Consolidado					Saldo em 31/12/16
	Saldo em 31/12/15	Adições	Transf.	Baixas	Deprec.	
Terrenos	288	-	-	-	-	288
Imóveis	35.640	1.564	61.898	-	(858)	98.244
Móv, Equip, Instal e Benf	1.248.341	61.974	321.536	(13.448)	(202.796)	1.415.607
Veículos	1.119	308	-	(70)	(367)	990
Computadores	55.724	5.939	14.321	(1.022)	(20.945)	54.017
Imob.em andamento	203.090	270.756	(397.755)	(168)	-	75.923
Total	1.544.202	340.541	-	(14.708)	(224.966)	1.645.069

A Companhia avaliou os indicadores e não identificou indícios para necessidade de *impairment*, bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade nos ativos imobilizados no exercício e não possui ativos classificados como mantidos para venda. Ao longo do ano de 2016, a Companhia efetuou a baixa de saldos residuais de ativos fixos do antigo centro de distribuição de Palhoça, à medida que concluída a transferência da operação para o novo centro de distribuição de São José/SC e de saldos residuais de ativos substituídos por ocasião das reformas de nossas unidades.

16 INTANGÍVEL

16.1 COMPOSIÇÃO

	Controladora			Controladora		
	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Sistemas de Informática	532.308	(319.024)	213.284	465.446	(265.762)	199.684
Direito de utilização de imóveis	53.428	(40.887)	12.541	51.823	(38.143)	13.680
Marcas e Patentes	4.538	(83)	4.455	4.079	(83)	3.996
Intangível em andamento	92.409	-	92.409	35.293	-	35.293
Total	682.683	(359.994)	322.689	556.641	(303.988)	252.653

	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Sistemas de Informática	567.772	(337.962)	229.810	491.355	(279.598)	211.757
Direito de utilização de imóveis	69.334	(44.926)	24.408	64.451	(40.664)	23.787
Marcas e Patentes	32.882	(83)	32.799	32.405	(83)	32.322
Outros intangíveis	3.500	(3.500)	-	3.500	(3.267)	233
Intangível em andamento	96.548	-	96.548	37.019	-	37.019
Ágio Camicado	116.679	-	116.679	116.679	-	116.679
Total	886.715	(386.471)	500.244	745.409	(323.612)	421.797

16.2 CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO

Valor contábil	Controladora				Saldo em 31/12/15
	Saldo em 01/01/15	Adições	Baixas	Amort.	
Sistemas de Informática	177.981	87.775	(11)	(66.061)	199.684
Direito de utilização de imóveis	14.772	1.699	-	(2.791)	13.680
Marcas e Patentes	2.435	1.561	-	-	3.996
Intangível em andamento	6.100	29.193	-	-	35.293
Total	201.288	120.228	(11)	(68.852)	252.653

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora						
Valor contábil	Saldo em 31/12/15	Adições	Transf.	Baixas	Amort.	Saldo em 31/12/16
Sistemas de Informática	199.684	27.320	70.210	(7.233)	(76.697)	213.284
Direito de utilização de imóveis	13.680	-	1.605	-	(2.744)	12.541
Marcas e Patentes	3.996	459	-	-	-	4.455
Intangível em andamento	35.293	128.931	(71.815)	-	-	92.409
Total	252.653	156.710	-	(7.233)	(79.441)	322.689

Consolidado					
Valor contábil	Saldo em 01/01/15	Adições	Baixas	Amort.	Saldo em 31/12/15
Sistemas de Informática	189.531	92.716	(11)	(70.479)	211.757
Direito de utilização de imóveis	23.979	3.900	-	(4.092)	23.787
Marcas e Patentes	30.712	1.610	-	-	32.322
Outros intangíveis	933	-	-	(700)	233
Intangível em andamento	7.752	29.267	-	-	37.019
Ágio Camicado	116.679	-	-	-	116.679
Total	369.586	127.493	(11)	(75.271)	421.797

	Consolidado					
Valor contábil	Saldo em 31/12/15	Adições	Transf.	Baixas	Amort.	Saldo em 31/12/16
Sistemas de Informática	211.757	36.641	70.444	(7.233)	(81.799)	229.810
Direito de utilização de imóveis	23.787	752	4.132	-	(4.263)	24.408
Marcas e Patentes	32.322	477	-	-	-	32.799
Outros intangíveis	233	-	-	-	(233)	-
Intangível em andamento	37.019	134.105	(74.576)	-	-	96.548
Ágio Camicado	116.679	-	-	-	-	116.679
Total	421.797	171.975	-	(7.233)	(86.295)	500.244

A Companhia adquiriu bens no montante de R\$ 35.322 através de arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa nº 18.3).

A Companhia avaliou os indicadores e não identificou indícios para necessidade de *impairment*, bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade nos ativos intangíveis no exercício e não possui ativos classificados como mantidos para venda.

Ao longo do ano de 2016, a Companhia efetuou a substituição de parte importante dos seus sistemas de gestão, razão pela qual procedeu a baixa do saldo residual dos sistemas de informática descontinuados.

17 TESTE DE PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ÁGIO E INTANGÍVEIS COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O valor contábil do ágio e da marca alocados na Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado") é de R\$ 144.741 (R\$ 144.741 em 31 de dezembro de 2015).

A Administração da Companhia realizou o teste de recuperabilidade (*impairment*) nesses ativos na data base de 31 de dezembro de 2016, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 5.11.

Para determinação do valor recuperável da Camicado, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um exercício de 10 anos considerando as seguintes premissas:

- Receitas: projetada de 2017 a 2026 considerando crescimento histórico das vendas, e também, um incremento nas vendas através do plano de abertura de novas lojas.
- Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando sinergia das despesas através da Controladora.
- Taxa de desconto: elaborada levando em consideração informações do setor de varejo, o qual a Camicado atua. A taxa de desconto utilizada foi de 13,5% a.a (13,5% a.a em 31 de dezembro de 2015).
- Taxa de crescimento na perpetuidade: a taxa de crescimento considerada foi de 7% a.a (5% a.a em 31 de dezembro de 2015).
- A Companhia efetuou testes de revisão, com data base em 31 de dezembro de 2016, e concluiu que não há fatores que indiquem a necessidade de provisão de perdas por "*impairment*", dado que o valor recuperável excedeu o valor contábil.

17.1 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento. Considerando um acréscimo e uma redução de 1,1 pontos percentuais na taxa de desconto, o fluxo de caixa descontado resultaria em valores recuperáveis, que oscilariam negativamente e positivamente, em R\$ 109.606 e R\$ 155.290. Acréscimos na taxa de desconto em patamares superiores a 1,1 pontos

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

percentuais, poderiam resultar em uma estimativa de valor contábil superior ao valor recuperável. E considerando um acréscimo e uma redução de 0,5% na taxa de crescimento na perpetuidade, o fluxo de caixa descontado resultaria em valores recuperáveis, que oscilariam positivamente e negativamente em R\$ 38.067 e R\$ 32.629.

18 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

18.1 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Descrições dos empréstimos e financiamentos	Moeda de captação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (a)	BRL	36.833	24.786	37.743	24.786
Prodesign - BNDES (b)	BRL	49.410	63.788	49.410	63.788
Debêntures - (nota explicativa nº 18.2)	BRL	726.145	943.795	726.145	943.795
(+/-) swap das debêntures - 4ª e 5ª emissão 2º séries	BRL	2.987	1.501	2.987	1.501
Financiamentos de importações (c)	USD	81.436	-	84.784	-
(+/-) swap - Finimp	USD	15.285	-	15.500	-
Capital de giro - conta garantida (d)	BRL	-	-	2.023	3.052
Capital de giro - (Lei 4.131 Bacen) (e)	USD	47.936	-	83.982	20.457
(+/-) swap - capital de giro - (Lei 4.131 Bacen)	USD	2.048	-	5.404	(264)
Outros empréstimos	BRL	289	-	289	-
Total		962.369	1.033.870	1.008.267	1.057.115
Passivo circulante		569.486	294.101	615.384	317.346
Passivo não circulante		392.883	739.769	392.883	739.769
Total		962.369	1.033.870	1.008.267	1.057.115

- a) A Companhia firmou contratos de financiamentos com o Banco do Nordeste através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) em 6 de novembro de 2014 e 01 de setembro de 2015, ambos para financiar a expansão de seu parque de lojas naquela região, nos montantes, respectivamente de R\$ 18.284 e R\$ 21.251 garantido por carta fiança. Até 31 de dezembro de 2016, foram liberadas as quatro primeiras parcelas no valor total de R\$ 16.821 do contrato firmado em 2014 e R\$ 20.994 do contrato firmado em 2015, para cujos montante já foram efetuados pagamentos de juros. Durante o exercício de carência serão pagos juros trimestralmente e, durante o exercício de amortização, serão pagos mensalmente os valores de principal e juros. O contrato firmado em 2014 possui encargo ponderado de 11,18% a.a. e o contrato firmado em 2015 possui encargo médio de 11,18% a.a., sendo que em caso de adimplência no pagamento dos encargos, a Companhia receberá bônus de 15% sobre o valor dos encargos em cada parcela. Os financiamentos possuem prazo de amortização, respectivamente, de 7 anos e 6 anos.

- b) A Companhia firmou operação de financiamento da linha Prodesign do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em 27 de outubro de 2014, por intermédio de instituição financeira credenciada, para financiamento do desenvolvimento da coleção 2014/2015, no montante de R\$ 65.426 a serem liberados em parcelas, mediante comprovação das despesas para posterior reembolso. Em 2014, houve liberação de R\$ 40.000 e em 2015 houve a liberação de R\$ 22.364, totalizando R\$ 62.364 referente à gastos totais já realizados. O financiamento possui prazo total de 3 anos e carência de 1 ano. Da primeira liberação, durante o exercício de carência foram pagos juros trimestralmente e, durante o exercício de amortização, estão sendo pagos mensalmente os valores de principal e juros. E na segunda liberação, durante o exercício de carência serão pagos juros trimestralmente e, durante o exercício de amortização, serão pagos mensalmente os valores de principal e juros. A linha de financiamento tem 50% de seu custo em Selic + 2,5% a.a. e os 50% restantes em TJLP + 2,5% a.a.

A Companhia firmou operação de financiamento da linha Prodesign do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em 29 de dezembro de 2015, diretamente à instituição, para financiamento a investimentos em design por meio do incremento e alteração da estrutura e dos processos de desenvolvimento de produtos, no montante de R\$ 41.545 a serem liberadas em parcelas, mediante comprovação das despesas para posterior reembolso. No 3º trimestre de 2016 houve liberação de R\$ 12.074 e no 4º trimestre de 2016 houve liberação de R\$ 3.852, ambos referente à gastos já realizados. O financiamento possui prazo total de 4,5 anos e carência de 1,5 anos. Da primeira liberação e segunda liberações, durante o período de carência, serão pagos juros trimestralmente e, durante o período de amortização, serão pagos mensalmente os valores de principal e juros. A linha de financiamento tem 64,1% de seu custo em Selic + 2,5% a.a. e os 35,9% restantes em TJLP + 2,12% a.a.

- c) A Companhia possui quatro contratos de financiamentos de importações junto ao Banco Citibank S.A, os quais foram firmados em 2016, totalizando US\$ 25.899. Os contratos têm data de liquidação fixada entre janeiro e março de 2017. As operações dos financiamentos de importações são denominadas em dólares norte-americanos e com juros médios ponderados "all in" de 2,59% a.a., composto por taxa Libor, spread bancário e a retenção do imposto de renda. Os financiamentos destinam-se para a otimização da estrutura de capital da Companhia, manutenção de um nível adequado de caixa e financiamento de sua estratégia de expansão orgânica. Os contratos também possuem swaps, os quais foram contratados para eliminar o risco da variação cambial (nota explicativa nº 25.5.2).
- d) A empresa controlada Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado") captou empréstimo de capital de giro na modalidade de conta garantida junto ao Banco Santander (Brasil) com encargo proporcional de 116% do CDI.
- e) A Controladora, Lojas Renner S.A, possui um contrato de financiamento com o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A, firmado em 29 de junho de 2016 totalizando US\$ 14.749, com data de liquidação de principal em 27 de junho de 2017 e juros trimestrais a partir de setembro de 2016. O contrato é denominado em dólares norte-americanos e com juros médios ponderados "all in" de 1,7910% a.a., composto por taxa Libor, spread bancário e a retenção do imposto de renda. O financiamento destina-se

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para a otimização da estrutura de capital da Controladora, manutenção de um nível adequado de caixa e financiamento de sua estratégia de expansão orgânica. O contrato também possui swap, o qual foi contratado para eliminar o risco da variação cambial (nota explicativa nº 25.5.2).

A empresa controlada Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado") possui dois contratos de financiamento com o Banco Bradesco S.A e Banco Santander Brasil S.A, firmados em 17 de junho e 1º de agosto de 2016, no montante de US\$ 10.852, com data de liquidação fixada respectivamente para janeiro e junho de 2017. Os contratos são denominados em dólares norte-americanos e com juros médios ponderados "all in" de 3,52% a.a. O financiamento destina-se para capital de giro e aos investimentos do plano de expansão da Camicado. Os contratos também possuem swaps, os quais foram contratados para eliminar o risco da variação cambial (nota explicativa nº 25.5.2).

18.2 DEBÊNTURES

18.2.1 Características das Debêntures

Tipo de Emissão	Valor de emissão	Em circulação (Quant.)	Emissão	Vencimento	Encargos anuais %	Preço Unit. (em reais)
4ª Emissão - 1ª série	215.100	21.510	15/07/2011	2015 - 2016	CDI + 1,1% a.a	R\$ 10,00
4ª Emissão - 2ª série	84.900	8.490	15/07/2011	2015 - 2017	IPCA + 7,8% a.a	R\$ 10,00
5ª Emissão - 1ª série	220.000	22.000	15/06/2012	2016 - 2018	CDI + 0,97% a.a	R\$ 10,00
5ª Emissão - 2ª série	80.000	8.000	15/06/2012	2017 - 2019	IPCA + 5,7% a.a	R\$ 10,00
6ª Emissão - 1ª série	400.000	40.000	01/08/2013	2017 - 2018	CDI + 0,85% a.a	R\$ 10,00

18.2.2 Composição das Debêntures

Tipo de Emissão	Circulante		Não Circulante		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
4ª Emissão - 1ª série	-	114.919	-	-	-	114.919
4ª Emissão - 2ª série	42.066	40.849	-	38.145	42.066	78.994
5ª Emissão - 1ª série	74.297	74.700	73.333	146.667	147.630	221.367
5ª Emissão - 2ª série	39.924	3.193	73.045	102.851	112.969	106.044
6ª Emissão - 1ª série	224.095	23.909	200.000	400.000	424.095	423.909
Custos de estruturação	(449)	(875)	(166)	(563)	(615)	(1.438)
Swap - 4ª e 5ª Emissão - 2ª série (nota explicativa nº 25.5.2)	2.987	1.501	-	-	2.987	1.501
	382.920	258.196	346.212	687.100	729.132	945.296

As cláusulas contratuais ("covenants") e o cronograma de liquidação de acordo com o fluxo de caixa contratual estão demonstradas na nota explicativa nº 7.3.

18.3 ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia detinha compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de sistemas de informática, com prazo de até 52 meses e taxa média ponderada de 12,79% a.a. (12,68% a.a. em 2015). As licenças poderão ser adquiridas ao final dos contratos por um valor residual garantido.

Em julho de 2012 a Companhia firmou um contrato de arrendamento mercantil de aluguel de imóvel (Sede Administrativa), com prazo de 50 anos corrigido com base na variação acumulada do INPC anual. Ao final do contrato é garantida a preferência em adquirir o imóvel mediante notificação.

Em 31 de dezembro de 2016, os passivos de arrendamento financeiro são devidos, como segue:

Controladora e Consolidado	
Pagamentos mínimos de arrendamento	
Menos de um ano	10.342
Mais de um ano e menos de cinco anos	55.374
Mais de cinco anos	164.403
	230.119
(-) Menos os encargos financeiros futuros	(158.101)
Valor presente dos pagamentos mínimos	49.432
Circulante	2.521
Não circulante	69.497
Total	72.018

Em 31 de dezembro de 2016 os saldos das rubricas de imobilizado e intangível, líquido de depreciação ou amortização, consideram bens arrendados no valor de R\$ 63.281 (R\$ 44.957 em 31 de dezembro de 2015).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.4 CONCILIAÇÃO DE PASSIVOS RESULTANTES DE ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE FINANCIAMENTO

Abaixo a conciliação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro a pagar com a movimentação do fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento:

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Arrendamento financeiro a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Arrendamento financeiro a pagar	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	1.113.803	53.990	1.167.793	1.138.718	53.990	1.192.708
Despesas de juros	148.042	5.795	153.837	149.865	5.795	155.660
Pagamento de juros	(99.497)	(827)	(100.324)	(99.497)	(827)	(100.324)
Empréstimos tomados	41.513	-	41.513	85.975	-	85.975
Amortização	(171.029)	-	(171.029)	(218.984)	-	(218.984)
Custos de estruturação de debêntures	1.038	-	1.038	1.038	-	1.038
Contraprestação de arrendamento	-	(10.829)	(10.829)	-	(10.829)	(10.829)
Total - Fluxo de caixa atividades operacional e financiamento	(79.933)	(5.861)	(85.794)	(81.603)	(5.861)	(87.464)
Novos arrendamentos	-	1.303	1.303	-	1.303	1.303
Total - Alterações não caixa	-	1.303	1.303	-	1.303	1.303
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.033.870	49.432	1.083.302	1.057.115	49.432	1.106.547

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Arrendamento financeiro a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Arrendamento financeiro a pagar	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	1.033.870	49.432	1.083.302	1.057.115	49.432	1.106.547
Despesas de juros	138.416	8.184	146.600	142.713	8.184	150.897
Pagamento de juros	(145.003)	(4.813)	(149.816)	(145.399)	(4.813)	(150.212)
Empréstimos tomados	173.132	-	173.132	216.038	-	216.038
Amortização	(238.870)	-	(238.870)	(263.024)	-	(263.024)
Custos de estruturação de debêntures	824	-	824	824	-	824
Contraprestação de arrendamento	-	(21.093)	(21.093)	-	(21.093)	(21.093)
Total - Fluxo de caixa atividades operacional e financiamento	(71.501)	(17.722)	(89.223)	(48.848)	(17.722)	(66.570)
Novos arrendamentos	-	40.308	40.308	-	40.308	40.308
Total - Alterações não caixa	-	40.308	40.308	-	40.308	40.308
Saldo em 31 de dezembro de 2016	962.369	72.018	1.034.387	1.008.267	72.018	1.080.285

19 FINANCIAMENTOS – OPERAÇÕES SERVIÇOS FINANCEIROS

Financiamentos	Encargos médios - %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vendas e Parcelamento Fatura (a)	5,9% a.m a 13,99% a.m	42.231	19.130	76.124	54.711
Empréstimo Pessoal (b)	11,61% a.m	-	-	102.753	126.026
Conta Garantida (c)	18,7% a.m a 20,7% a.m	4.131	4.243	174.491	144.339
Vendor (d)	19,8% a.m a 20,7% a.m	19.127	49.548	19.127	49.548
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner (e)	CDI + 1,08% a.a	-	-	427.733	428.182
Custos de estruturação FIDC Lojas Renner (f)	-	-	-	(4.593)	(6.341)
		65.489	72.921	795.635	796.465
Passivo circulante		65.489	72.921	378.266	380.914
Passivo não circulante		-	-	417.369	415.551
Total		65.489	72.921	795.635	796.465

- (a) Os valores de "Venda e Parcelamento Fatura" referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras, através de CDCI/Vendor, em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais na Lojas Renner S.A., e em até doze prestações para compras nos estabelecimentos credenciados a Mastercard e Visa ("Meu Cartão"). A Companhia possui coobrigação de pagamento.
- (b) Os valores de "Empréstimo Pessoal" correspondem aos montantes dos contratos de empréstimo pessoal, concedidos aos clientes por banco conveniado e intermediados pela controlada RACC. A Companhia é garantidora das operações.
- (c) Os valores de "Conta Garantida" são utilizados para o financiamento das carteiras de atraso, saque e refinanciamento do Meu Cartão.
- (d) Os valores de "Vendor" são realizados através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes.
- (e) Representa o saldo das quotas sênior emitidas pelo FIDC Lojas Renner (nota explicativa nº 9), objeto de distribuição pública nos termos da instrução CVM nº 400/03, com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas. Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC Loja Renner em maio de 2019.
- (f) Refere-se ao saldo dos custos incorridos na estruturação do FIDC Lojas Renner, que serão reconhecidos no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso.

20 ÔNUS, GARANTIAS E RESPONSABILIDADES

A partir de agosto de 2005, a Companhia passou a oferecer aos seus clientes a condição de pagamento com encargos, através da intermediação junto a instituições financeiras (CDCI/Vendor), na qual a Companhia figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principais e acessórias oriundas da operação. Em 31 de dezembro de 2016, o montante a vencer das operações de vendas financiadas garantidas pela Companhia totalizam R\$ 42.231 na Controladora e R\$ 76.124 no Consolidado (R\$ 19.130 na Controladora e R\$ 54.711 no Consolidado em 31 de dezembro de 2015, respectivamente), vide nota explicativa nº 19.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir de setembro de 2008, a Companhia disponibilizou aos seus clientes "Financiamento - Conta Garantida", para financiar as carteiras em atraso, saque e refinanciamento do "Meu Cartão" e da Camicado, sendo responsável pela liquidação dos débitos. Os valores destas transações totalizaram em 31 de dezembro de 2016, R\$ 4.131 na Controladora e R\$ 174.491 no Consolidado (R\$ 4.243 e R\$ 144.339 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente), vide nota explicativa nº 19.

Em março de 2010, a Companhia e a sua controlada RACC celebraram "Contrato de Convênio Para Concessão de Empréstimos Pessoais" aos clientes Renner junto ao Banco Alfa. Como parte da operação, a Lojas Renner S.A. assume junto ao Banco à condição de fiador e principal pagador das obrigações principais e acessórias, contraídas e a serem contraídas pelos clientes Renner nos empréstimos pessoais concedidos com base no contrato. Em 31 de dezembro de 2016, o montante a vencer dos empréstimos pessoais garantidos totaliza R\$ 102.753 (R\$ 126.026 em 31 de dezembro de 2015) no Consolidado, conforme nota explicativa nº 19.

A partir de dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos - Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes. Os financiamentos concedidos aos clientes nesta modalidade de crédito totalizaram, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 19.127 na Controladora e no Consolidado (R\$ 49.548 em 31 de dezembro de 2015), vide nota explicativa nº 19.

Em 27 de julho e 1º de agosto de 2016, a controlada Maxmix Comercial Ltda. captou empréstimos nas modalidades de financiamento de importações e capital de giro (Lei - 4.131 Bacen) em moeda estrangeira junto aos Bancos Citibank S.A e Banco Santander Brasil S.A, tendo como garantidora da operação a Lojas Renner S.A. A garantia foi concedida em nota promissória, em 31 de dezembro de 2016 totalizando R\$ 20.092 (R\$ 20.457 em 31 de dezembro de 2015), conforme nota explicativa nº 18.

21 ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL (ALUGUÉIS A PAGAR)

A Companhia e suas Controladas possuem contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa, e estes são classificados como arrendamento mercantil operacional, à exceção do contrato de sua sede administrativa (nota explicativa nº 18.3) que é classificado como arrendamento mercantil financeiro.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas e/ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 394.350 (R\$ 354.606 em 31 de dezembro de 2015) na Controladora e R\$ 447.674 (R\$ 394.853 em 31 de dezembro de 2015) no Consolidado. O saldo da conta de aluguéis a pagar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 47.973 na Controladora e R\$ 55.608 no Consolidado (R\$ 45.388 na Controladora e R\$ 51.152 no Consolidado em 31 de dezembro de 2015).

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2016 totalizam um montante mínimo de R\$ 1.285.850, assim distribuídos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Compromissos futuros		
Até um ano	219.446	230.622
Mais de um ano e até cinco anos	697.411	757.346
Mais de cinco anos	368.993	467.014
Total	1.285.850	1.454.982

22 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores comerciais	504.108	405.130	576.798	466.992
Ajuste a valor presente	(3.887)	(2.473)	(3.887)	(2.473)
Fornecedores uso e consumo	95.967	80.425	106.810	88.934
Total	596.188	483.082	679.721	553.453

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 337.988 (R\$ 244.730 em 31 de dezembro de 2015). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados com o contrato de fornecimento de mercadorias.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social	138.651	81.106	145.623	83.629
ICMS a recolher	148.280	154.442	157.228	160.080
PIS/COFINS	81.871	81.168	90.338	88.240
Outros tributos	8.948	9.290	11.623	11.196
Total	377.750	326.006	404.812	343.145
Passivo circulante	377.750	326.006	404.760	342.976
Passivo não circulante	-	-	52	169
Total	377.750	326.006	404.812	343.145

24 PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matéria tributária, trabalhista e cível.

24.1 PROVISÕES

A Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Para os processos tributários classificados como perda possível, a Companhia provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios, com base no histórico incorrido e bases contratuais atuais negociadas com os seus assessores jurídicos. O detalhamento dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2016 está demonstrado abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Tributárias					
ICMS - LC 102/2000	(a.1)	4.627	5.009	4.627	5.009
ICMS - Fornecedores inidôneos	(a.2)	10.830	11.183	10.830	11.183
ICMS - Devoluções	(a.3)	571	1.004	571	1.004
ICMS - Antecipado RS	(a.4)	4.477	3.961	4.477	3.961
IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005	(a.5)	9.783	8.797	9.783	8.797
FAP/SAT	(a.6)	-	-	3.332	2.850
IRPJ/CSLL - JSCP exerc.anteriores	(a.7)	1.369	1.187	1.369	1.187
INSS/IRRF - Parcelas não salariais	(a.8)	1.967	1.793	1.967	1.793
PIS/Cofins - Comp.não homologadas	(a.9)	2.043	1.872	2.043	1.872
Outras Provisões	(a.10)	5.589	5.182	7.407	6.342
(-) Depósitos Judiciais	(a.11)	(5.718)	(6.300)	(9.050)	(9.150)
		35.538	33.688	37.356	34.848
Cíveis	(b)	20.091	15.157	20.188	15.201
Trabalhistas	(c)	12.574	14.260	13.468	14.665
		68.203	63.105	71.012	64.714
Classificadas como:					
Passivo Circulante		32.665	29.417	33.656	29.866
Passivo Não Circulante		35.538	33.688	37.356	34.847
Total		68.203	63.105	71.012	64.713

(a) Provisões tributárias

(a.1) ICMS – LC 102/2000 – Refere-se, principalmente, ao questionamento da aplicação da Lei Complementar 102/2000 no que tange ao crédito do ICMS no consumo de energia, telecomunicações e também ao crédito nas aquisições de ativo imobilizado. Os processos encontram-se em andamento e não há previsão de desembolso de recursos, haja vista o depósito judicial das importâncias em discussão.

(a.2) ICMS – Fornecedores inidôneos – Refere-se a processos relacionados a suposto creditamento indevido de ICMS relacionado à aquisição de mercadorias junto a fornecedores considerados pela autoridade fazendária como inidôneos. Os processos estão em andamento e não há previsão de data para desembolso destes recursos.

(a.3) ICMS – Devoluções - Refere-se a autos de infração decorrentes da glosa de créditos de ICMS em face do entendimento da SEFAZ/RJ de que as notas fiscais de devolução de mercadorias emitidas pela Companhia não atendiam as formalidades acessórias. Dos 11 processos que se encontravam em andamento, 9 deles foram encerrados com decisão administrativa parcialmente favorável à Companhia. Os demais processos estão em andamento e não há previsão de data para desembolso destes recursos.

(a.4) ICMS Antecipado RS - Refere-se a autos de infração para cobrança de ICMS diferencial de alíquota, de forma antecipada, na entrada de mercadorias no Estado, recebidas de outra unidade da Federação. Os processos estão em andamento na esfera administrativa e não há previsão de data para desembolso destes recursos.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a.5) IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005 – Refere-se ao auto de infração para glosa de dispêndios de inovação tecnológica cujos projetos não foram entendidos como tal pela Receita Federal do Brasil. A Companhia não tem previsão de data para desembolso destes recursos.

(a.6) FAP/SAT – Refere-se ao Mandado de Segurança que questiona o aumento da alíquota do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), de 1% para 3%, e o Fator Acidentário de Prevenção (FAP). O saldo provisionado corresponde a valores que foram depositados em juízo pela controlada Maxmix Comercial Ltda.

(a.7) IRPJ/CSLL - JSCP exerc. anteriores - Refere-se a auto de infração para glosa da despesa com pagamento de JSCP calculado com base no patrimônio líquido de exercício anterior, realizado no ano calendário de 2010. O processo está em andamento e não há previsão de data para desembolso deste recurso. Em janeiro de 2016, o recurso voluntário da companhia foi julgado em sentido favorável nas turmas do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) sendo que a decisão não transitou em julgado.

(a.8) INSS/IRRF - Parcelas não salariais - Refere-se a autos de infração lavrados para cobrança de contribuição previdenciária sobre valores considerados pela Companhia como não tributáveis pela referida contribuição, bem como aplicação de multa de ofício pela falta de retenção de imposto de renda na fonte sobre os referidos valores. O processo está em andamento e não há previsão de data para desembolso deste recurso.

(a.9) PIS/COFINS - Comp.não homologadas - Refere-se a compensação de créditos de PIS reconhecidos em ação judicial com débitos de PIS/COFINS não homologada por suposta inexistência de crédito, sendo que a divergência de valores é relativa a índices de correção determinados pela decisão judicial e os índices aplicáveis no entendimento da fiscalização. O processo está em andamento e não há previsão de data para desembolso deste recurso.

(a.10) Outras Provisões – Referem-se a diversos processos, abrangendo matérias como contribuições previdenciárias, aplicação de multa de ofício em pagamento espontâneo de débitos, obrigações acessórias, glosa de ajustes na base do lucro real, IRPJ e CSLL, entre outros, cujas perdas estão estimadas por nossos consultores jurídicos de acordo com os critérios utilizados para os demais itens, destacados nesta nota.

(a.11) Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, os quais totalizam, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 16.101 na Controladora e R\$ 19.494 no Consolidado (R\$ 17.082 e R\$ 19.975 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente). Os saldos de depósitos ajuizados cujos processos possuem provisão para riscos tributários, no montante de R\$ 5.718 na Controladora e R\$ 9.050 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 6.300 e R\$ 9.150 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente), estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo correspondente. Os demais saldos de depósitos judiciais, no montante de R\$ 10.383 na Controladora e R\$ 10.444 no Consolidado (R\$ 10.782 e R\$ 10.825 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente), estão apresentados no ativo não circulante.

Classificação das provisões tributárias

Abaixo, segue a abertura da classificação das provisões tributárias de acordo com o risco de probabilidade de perda avaliado pela administração da Companhia e dos seus assessores legais em 31 de dezembro de 2016:

Principais Matérias	Controladora			Consolidado		
	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
ICMS - LC 102/2000	4.451	176	4.627	4.451	176	4.627
ICMS - Fornecedores inidôneos	-	10.830	10.830	-	10.830	10.830
ICMS - Devoluções	-	571	571	-	571	571
ICMS - Antecipado RS	-	4.477	4.477	-	4.477	4.477
IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005	9.513	270	9.783	9.513	270	9.783
FAP/SAT	-	-	-	-	3.332	3.332
IRPJ/CSLL - JSCP exerc. anteriores	-	1.369	1.369	-	1.369	1.369
INSS/IRRF - Parcelas não salariais	-	1.967	1.967	-	1.967	1.967
PIS/COFINS - Comp.não homologadas	2.043	-	2.043	2.043	-	2.043
Outras Provisões	-	5.589	5.589	-	7.407	7.407
Total	16.007	25.249	41.256	16.007	30.399	46.406

(b) Provisões cíveis

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais cíveis de natureza consumerista com objetos diversos. As provisões são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

(c) Provisões trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais trabalhistas com objetos diversos. As provisões são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

24.2 MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Natureza	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	(-) Depósitos Judiciais	TOTAL
Saldos em 1/1/2016	15.157	14.260	39.988	(6.300)	63.105
(+/-) Provisões / (Reversões)	4.934	(1.686)	(2.081)	582	1.749
(+) Atualização	-	-	3.349	-	3.349
Saldos em 31/12/2016	20.091	12.574	41.256	(5.718)	68.203

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	(-) Depósitos Judiciais
Saldos em 1/1/2016	15.201	14.665	43.998	(9.150)
(+/-) Provisões / (Reversões)	4.987	(1.197)	(920)	100
(+) Atualização	-	-	3.328	-
Saldos em 31/12/2016	20.188	13.468	46.406	(9.050)

24.3 PASSIVOS CONTINGENTES

24.3.1 Passivos contingentes

Os principais passivos contingentes estão relacionados com as matérias tributárias mencionadas no quadro acima "Classificação das provisões tributárias", para as quais a Administração entende que a probabilidade de desembolso seja individualmente pequena (processos de probabilidade de perda possível), porém pode ser provável que no conjunto dos processos desta mesma natureza ocorra a necessidade de desembolso nos montantes registrados, principalmente por conta de custas processuais e honorários advocatícios.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante estimado para processos judiciais e procedimentos administrativos representativos de contingências passivas relacionadas a questões tributárias cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, era de R\$ 354.269 na Controladora e R\$ 365.218 no Consolidado (R\$ 300.452 na Controladora e R\$ 304.788 no Consolidado em 31 de dezembro de 2015). Para os processos classificados como perda possível, a Companhia provisiona valores estimados de custas processuais sobre a contingência, R\$ 25.249 na Controladora e R\$ 30.399 no Consolidado (R\$ 25.206 na Controladora e R\$ 28.713 no Consolidado em 31 de dezembro de 2015).

24.3.2 Outros passivos contingentes

A Companhia discute judicialmente um processo movido pelo Banco Renner, a associação da marca "Renner" na exploração de serviços financeiros, exceto aqueles relacionados ao Cartão de Crédito "Renner", serviços de suporte a ele relacionados e seguro. O processo encontra-se em disputa judicial e é avaliado como de perda provável no que tange ao uso da marca e como remoto no que diz respeito a eventuais indenizações, sendo que em ambas as hipóteses não há contingência financeira determinada nos autos, bem como não há estimativa quanto a desembolso.

25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA E VALORES JUSTOS

Abaixo demonstramos os valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros da Controladora e do Consolidado, incluindo os níveis hierárquicos dos valores justos. Para os ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, cujos saldos contábeis são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não apuramos os valores justos conforme previsto no CPC 40/IFRS 7.

25.1.1 Controladora

	31/12/2016				
	Valor contábil				Valor Justo
	Mantidos para negociação	Empréstimos e Recebíveis	Designados a valor justo	Passivos financeiros custo amortizado	Total
Ativos (Passivos) financeiros					Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	711.186	-	-	711.186
Contas a receber de clientes	-	1.032.156	-	-	1.032.156
FIDC Lojas Renner	-	182.000	-	-	182.000
Instrumentos financeiros derivativos	359	-	(54.861)	-	(54.502)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(149.692)	(812.677)	(962.369)
Financiamentos - operações serviços financeiros	-	-	-	(65.489)	(65.489)
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	-	-	-	(72.018)	(72.018)
Fornecedores	-	-	-	(596.188)	(596.188)
Obrigações com administradoras de cartões	-	-	-	(6.110)	(6.110)
Total	359	1.925.342	(204.553)	(1.552.482)	168.666

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						31/12/2015
Valor contábil						Valor Justo
Ativos (Passivos) financeiros	Mantidos para negociação	Empréstimos e Recebíveis	Designados a valor justo	Passivos financeiros custo amortizado	Total	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	593.524	-	-	593.524	-
Contas a receber de clientes	-	989.990	-	-	989.990	-
FIDC Lojas Renner	-	182.000	-	-	182.000	-
Instrumentos financeiros derivativos	98.533	-	(1.950)	-	96.583	96.583
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(1.501)	(1.032.369)	(1.033.870)	(993.262)
Financiamentos - operações serviços financeiros	-	-	-	(72.921)	(72.921)	(74.991)
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	-	-	-	(49.432)	(49.432)	(49.364)
Fornecedores	-	-	-	(483.082)	(483.082)	-
Obrigações com administradoras de cartões	-	-	-	(25.419)	(25.419)	-
Total	98.533	1.765.514	(3.451)	(1.663.223)	197.373	

25.1.2 Consolidado

						31/12/2016
Valor contábil						Valor Justo
Ativos (Passivos) financeiros	Mantidos para negociação	Empréstimos e Recebíveis	Designados a valor justo	Passivos financeiros custo amortizado	Total	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	793.056	101.825	-	894.881	101.825
Contas a receber de clientes	-	2.209.271	-	-	2.209.271	-
Instrumentos financeiros derivativos	366	-	(57.530)	-	(57.164)	(57.164)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(194.680)	(813.587)	(1.008.267)	(901.522)
Financiamentos - operações serviços financeiros	-	-	-	(795.635)	(795.635)	(786.682)
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	-	-	-	(72.018)	(72.018)	(70.943)
Fornecedores	-	-	-	(679.721)	(679.721)	-
Obrigações com administradoras de cartões	-	-	-	(291.891)	(291.891)	-
Total	366	3.002.327	(150.385)	(2.652.852)	199.456	

						31/12/2015
Valor contábil						Valor Justo
Ativos (Passivos) financeiros	Mantidos para negociação	Empréstimos e Recebíveis	Designados a valor justo	Passivos financeiros custo amortizado	Total	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	641.274	96.253	-	737.527	96.253
Contas a receber de clientes	-	2.119.836	-	-	2.119.836	-
Instrumentos financeiros derivativos	99.520	-	(2.601)	-	96.919	96.919
Empréstimos, financiamentos e debêntures	264	-	(1.501)	(1.055.878)	(1.057.115)	(1.016.507)
Financiamentos - operações serviços financeiros	-	-	-	(796.465)	(796.465)	(788.472)
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	-	-	-	(49.432)	(49.432)	(49.364)
Fornecedores	-	-	-	(553.453)	(553.453)	-
Obrigações com administradoras de cartões	-	-	-	(241.086)	(241.086)	-
Total	99.784	2.761.095	92.151	(2.696.314)	256.716	

- Nível 2 - Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não existiu nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima.

25.2 MENSURAÇÃO DOS VALORES JUSTOS

A Companhia utiliza o modelo da abordagem da receita para mensurar os valores justos das debêntures, financiamento de operações de serviços financeiros, arrendamento mercantil financeiro a pagar e derivativos. O modelo da abordagem da receita converte valores futuros (por exemplo, fluxos de caixas) em um valor único atual (ou seja, descontado). Os valores justos apurados refletem as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

25.3 PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL

Demonstramos na nota explicativa nº 9 (contas a receber) a composição da provisão para perdas em crédito, de acordo com a avaliação de recuperabilidade da Administração.

25.4 GARANTIAS

A Companhia demonstra na nota explicativa nº 20 – Ônus, garantias e responsabilidades.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela Administração, com a finalidade de proteção do risco cambial assumido em pedidos de importações, uso e consumo e empréstimos do exterior, e também, de proteção do risco de taxa de juros, conforme descrito na nota explicativa nº 5.7.

A Companhia tem utilizado como instrumento de *hedge* para sua exposição às volatilidades do câmbio de moeda estrangeira, contratos de compra de dólar futuro do tipo *Non-Deliverable Forward (NDF)* e *swap*.

As informações sobre as operações com derivativos em 31 de dezembro de 2016 estão segregadas entre designados para *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) e não designados para *hedge accounting*.

No quadro abaixo, demonstramos a composição dos derivativos em 31 de dezembro de 2016 na Controladora e no Consolidado:

Descrição Derivativos	Categoria	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
NDF (Pedidos)	Designado p/ <i>hedge accounting</i>	(54.502)	96.583	(57.164)	96.919
Swap - 4ª e 5ª Emissão 2ª série	Não designado p/ <i>hedge accounting</i>	(2.987)	(1.501)	(2.987)	(1.501)
Swap - <i>Finimp</i>	Não designado p/ <i>hedge accounting</i>	(15.285)	-	(15.500)	-
Swap - Empréstimo (Lei 4.131 Bacen)	Não designado p/ <i>hedge accounting</i>	(2.048)	-	(5.404)	264
Total		(74.822)	95.082	(81.055)	95.682
	Ativo circulante	359	98.533	366	99.469
	Ativo não circulante	-	-	-	51
	Passivo circulante	(75.181)	(3.451)	(81.421)	(3.838)
	Total	(74.822)	95.082	(81.055)	95.682

O saldo dos *swaps* estão contemplados na linha do passivo circulante na linha de empréstimos, financiamentos e debêntures, totalizando R\$ 20.320 na Controladora e R\$ 23.891 no Consolidado (R\$ 1.501 na Controladora e R\$ 1.237 no Consolidado em 31 de dezembro de 2015). Essa divulgação está de acordo com o CPC 40/IFRS 7.

25.5.1 Derivativos designados para *hedge accounting*

NDF (Non-Deliverable Forward)

Instrumento de Hedge				Objeto de Hedge	
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)	(*) Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 1/1/2017 a 30/09/2017	NDF	145.303	(54.502)	Pedido de Importações	De 1/1/2017 a 30/09/2017
Total Controladora		145.303	(54.502)		
De 1/1/2017 a 30/09/2017	NDF	5.664	(2.662)	Pedido de Importações	De 1/1/2017 a 30/09/2017
Total Consolidado		150.967	(57.164)		

(*) A metodologia de precificação de *Non-Deliverable Forward* é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da BM&FBovespa.

Durante o exercício, as operações de *hedge* com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação (*Non-Deliverable Forward*) foram efetivas e estão dentro dos níveis previstos pelo CPC 40/IAS 39.

Fluxo de caixa

A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa previsto dos pedidos de importações de operações futuras expostas à moeda estrangeira com derivativos de proteção, considerando como referência o dólar esperado para a próxima divulgação (31 de março de 2017) que é de R\$ 3,3277:

	1T17	2T17	3T17	Total
Pedidos de importação de mercadoria de revenda	225.852	182.724	93.798	502.374
Valor Nocional R\$ mil	225.852	182.724	93.798	502.374
Valor Nocional US\$ mil	67.870	54.910	28.187	150.967

Os fluxos de caixa relacionados a pedidos de importações de mercadorias de revenda são reconhecidos inicialmente no custo dos estoques e posteriormente registrados no resultado como custo de mercadorias vendidas, à medida da realização dos estoques, conforme giro normal das operações.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.5.2 Derivativos não designados para hedge accounting (swap)

Abaixo divulgamos detalhes das características dos swaps e a respectiva movimentação em 31 de dezembro de 2016:

Instrumento	Data	Data	Ponta Ativa (objeto protegido)	Ponta Passiva (risco contratado)	Moeda	Referência (Nocional)	Valor Justo (*)	
	Contratação	Liquidação					31/12/2015	31/12/2016
Debêntures - 4ª Emissão 2ª série	fev/2014	vide nota 18.2	IPCA + 7,8% a.a.	116,25% CDI a.a.	BRL	97.581	(205)	(778)
Debêntures - 5ª Emissão 2ª série	mar/2015	vide nota 18.2	IPCA + 5,7% a.a.	98,7% CDI a.a.	BRL	95.513	(1.296)	(2.209)
Finimp (1º contrato)	fev/2016	fev/17	Dolar + 2,74% a.a.	98% CDI a.a.	USD	5.634	-	(6.019)
Finimp (2º contrato)	mar/2016	vide nota 18.1 - item c	Dolar + 2,51% a.a.	98,6% CDI a.a.	USD	14.240	-	(7.346)
Finimp (3º contrato)	mar/2016	vide nota 18.1 - item c	Dolar + 2,57% a.a.	98,6% CDI a.a.	USD	5.010	-	(1.920)
Capital de giro - (Lei 4.131 Bacen)	jun/2016	vide nota 18.1 - item e	Dolar + 1,79% a.a.	98,5% CDI a.a.	USD	14.749	-	(2.048)
Total Controladora							(1.501)	(20.320)
Capital de giro - (Lei 4.131 Bacen)	dez/2015	jun/16	Dolar + 3,91% a.a.	109% CDI a.a.	USD	5.138	264	-
Capital de giro - (Lei 4.131 Bacen)	ago/2016	jan/17	Dolar + 2,89% a.a.	109,40% CDI a.a.	USD	5.089	-	(940)
Capital de giro - (Lei 4.131 Bacen)	jun/2016	jun/17	Dolar + 4,08% a.a.	110,15% CDI a.a.	USD	5.763	-	(2.416)
Finimp	jul/2016	jan/17	Dolar + 3,01% a.a.	112% CDI a.a.	USD	1.015	-	(215)
Total Consolidado							(1.237)	(23.891)

Esses swaps foram contratados para mitigar o risco do aumento da inflação da 2ª série da 4ª emissão e 5ª emissão das debêntures e o risco cambial dos empréstimos em moeda estrangeira (Finimp e capital de giro – Lei 4.131 Bacen).

(*) A metodologia de precificação dos Swaps é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da BM&FBovespa.

26 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	4.203	396	11.100	9.632
Obrigações com clientes (b)	15.307	16.215	29.250	30.666
Obrigações relacionadas às operações com seguros (c)	10.936	8.566	11.202	8.726
Obrigações aos ex-controladores Camicado	-	-	-	3.581
Repasses operação de produtos financeiros (d)	17.908	32.418	-	-
Outras obrigações (e)	15.163	18.119	14.221	18.493
Total	63.517	75.714	65.773	71.098
Passivo circulante	60.303	75.714	62.265	68.842
Passivo não circulante	3.214	-	3.508	2.256
Total	63.517	75.714	65.773	71.098

- (a) Referem-se basicamente às antecipações de receitas com a intermediação de serviços financeiros, relacionados às operações de vendas financiadas e cartão bandeira.
- (b) Referem-se aos saldos a favor dos clientes, cujos créditos poderão ser utilizados como pagamento em compras na Companhia e mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues.
- (c) Adiantamentos relacionados às operações de seguros referentes a contrato de exclusividade e prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse para a empresa seguradora.
- (d) Referem-se aos repasses do convênio de empréstimo pessoal e repasses de saldos de operações de cartões de crédito.
- (e) Referem-se aos saldos a pagar correspondentes a aquisição de créditos de ICMS, fretes, royalties, empréstimo consignado em folha de pagamento, entre outros.

27 PARTES RELACIONADAS

A Companhia, as controladas e pessoas ligadas, realizam algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros, comerciais e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

27.1 CONTEXTO CONSOLIDADO

27.1.1 Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a “Administração”)

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas.

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2016 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 37.400 para o exercício social de 2016. Tal valor é composto por verbas que incluem a remuneração fixa dos administradores, a remuneração variável onde soma-se além das participações em reuniões, a participação estatutária (art. 34 do Estatuto Social e parágrafo 1º do art. 152 da Lei 6.404/76) e por fim, as despesas com os planos de opção de compra de ações e ações restritas (notas explicativas nº 31 e 32).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a despesa com a remuneração fixa dos administradores e correspondente a participação nas reuniões totalizaram R\$ 9.797 (R\$ 9.971 em 31 de dezembro de 2015) e as participações estatutárias totalizaram R\$ 6.734 (R\$ 9.944 em 31 de dezembro de 2015), ambas apresentadas como outros resultados operacionais (nota explicativa nº 36).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.1.1.1 Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui plano de opção de compra de ações, onde os administradores podem adquirir ações na forma e condições descritas no plano (nota explicativa nº 31). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a despesa com plano de opção de compra de ações de administradores totalizou R\$ 13.062 (R\$ 16.633 em 31 de dezembro de 2015).

27.1.1.2 Plano de ações restritas

A Companhia possui plano de ações restritas para seus administradores (nota explicativa nº 32). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a despesa com plano de ações restritas de administradores totalizou R\$ 528.

27.2 CONTEXTO CONTROLADORA

27.2.1 Contratos de locação

Em 2009, a Companhia renovou o contrato de locação com a controlada Dromegon do prédio da loja no centro de Porto Alegre. O valor da locação desse imóvel é sempre o maior valor entre (i) o equivalente a 4,29% das vendas mensais brutas realizadas pela loja e (ii) R\$ 209 ao mês. O referido contrato de locação tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Em maio de 2012 a Companhia firmou contratos de locações com a controlada Dromegon dos prédios das lojas de Santa Maria e Pelotas. O valor da locação do imóvel de Santa Maria é sempre o maior valor entre o equivalente a 4% das vendas mensais brutas realizadas pela loja e R\$ 81 ao mês, e o valor do aluguel da loja de Pelotas é sempre o maior valor entre o equivalente a 4% das vendas mensais brutas realizados pela loja e R\$ 69 ao mês. Os referidos contratos tem prazo de validade de 10 anos, sujeitos a renovação.

27.2.2 Contrato de prestação de serviço de concessão de empréstimos pessoais

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua controlada, Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (RACC), mediante contratos de convênio para concessão de empréstimos realizado junto a instituições financeiras, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção de empréstimo pessoal. A RACC também opera com cartão bandeira denominado Meu Cartão. A Lojas Renner participa na operação com sua infraestrutura operacional e como garantidora da operação.

27.2.3 Utilização do Cartão Renner e do "Meu Cartão" na Camicado

Um dos principais geradores de sinergia identificados pela Administração no processo de integração da Camicado está na possibilidade de aceitação do Cartão Renner (CCR) e do Meu Cartão nas lojas da Camicado. A partir de outubro de 2011 foi ofertado aos clientes do Cartão Renner e do Meu Cartão a utilização em compras na Camicado.

27.2.4 Acordo para rateio de custos e despesas corporativas

Como forma de otimizar a estrutura corporativa colocada à disposição da gestão dos negócios, a Lojas Renner e suas controladas tem celebrado entre si convênios de compartilhamento de estruturas, focadas principalmente no compartilhamento das estruturas de back-office e corporativa.

27.2.5 Receita de venda de mercadorias e prestação de serviços

A Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd. efetuou operações comerciais de receita de comissão de intermediação de mercadorias importadas para a Controladora. Tal operação está em linha com a estratégia da Companhia de maior aproximação e desenvolvimento da sua base de fornecedores internacionais. A receita de comissão de intermediação foi praticada a preço compatível com as condições de mercado.

27.2.6 Acordo para repasse de despesas administrativas

Em 2015, a Lojas Renner S.A e a Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd ("Trade") celebraram entre si um acordo para repasse de despesas administrativas incorridas na execução das atividades, como forma de apurar o efetivo resultado de cada uma das operações.

27.3 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016, bem como os valores das transações registrados no resultado do exercício relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais e usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão sumariadas a seguir:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.3.1 Saldos com empresas ligadas

Descrições das operações - Ativo (Passivo)

Outras obrigações - Aluguéis a pagar
 Contas a receber - cartão bandeira "Meu Cartão"
 Obrigações com administradoras de cartões
 Outras obrigações - Repasse operação de produtos financeiros "Empréstimo pessoal"
 Outras obrigações - Repasse operação de produtos financeiros "CCR"
 Créditos e débitos com empresas ligadas - Acordo de repasse de despesas
 Outras contas a receber - conta corrente
Saldo em 31 de dezembro de 2016
Saldo em 31 de dezembro de 2015

Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. - (RACC)	Dromegon Participações Ltda.	Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. (Youcom)	Maxmix Comercial Ltda. (Camicado)	Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd.	TOTAL
-	(1.098)	-	(21)	-	(1.119)
56.921	-	-	-	-	56.921
(6.110)	-	-	-	-	(6.110)
(1.980)	-	-	-	-	(1.980)
-	-	-	(15.928)	-	(15.928)
-	-	-	-	2.105	2.105
3.275	-	254	176	-	3.705
52.106	(1.098)	254	(15.773)	2.105	37.594
6.316	(5.362)	102	(11.699)	1.352	(9.291)

27.3.2 Transações com empresas ligadas

Descrições das transações Receita (Despesa)

	Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. - (RACC)		Dromegon Participações Ltda.		Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. (Youcom)		Maxmix Comercial (Camicado)		Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd.		TOTAL	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Aluguéis	-	-	(6.833)	(6.856)	-	-	-	-	-	-	(6.833)	(6.856)
Despesas compartilhadas	46.568	42.704	54	54	1.924	1.109	1.855	1.846	4.217	1.352	54.618	47.065
Despesa de comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.755)	(4.613)	(5.755)	(4.613)
TOTAL	46.568	42.704	(6.779)	(6.802)	1.924	1.109	1.855	1.846	(1.538)	(3.261)	42.030	35.596

28 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1 CAPITAL SOCIAL

O limite do capital autorizado da Companhia é de 1.125.000.000 (hum bilhão, cento e vinte e cinco milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no Estatuto, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

O capital social integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.178.368 (R\$ 1.136.124 em 31 de dezembro de 2015), representado por 643.550.575 (seiscentos e quarenta e três milhões, quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o art. 42 do Estatuto Social da Companhia, qualquer pessoa ou Grupo de Acionistas que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia (Acionista Comprador) em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da BM&FBOvespa e do Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

Demonstração da evolução do capital social e das ações integralizadas

Saldo em 1º de janeiro de 2015

Aumento de capital, AGO de 16.04

Aumento de capital, RCA de 19.05, 27.08, 17.11 e 17.12

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Aumento de capital, RCA de 24.05, 24.08 e 17.11

Saldo em 31 de dezembro de 2016

Quant. de ações (mil)	Valor
636.973	750.853
-	354.308
3.068	30.963
640.041	1.136.124
3.510	42.244
643.551	1.178.368

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, bem como o direito a participar da destinação dos lucros, na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

28.2 AÇÕES EM TESOURARIA

Em 17 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Recompra de Ações ("Programa de Recompra"), de emissão de ações da própria Companhia, sem redução do capital social, para serem mantidas em tesouraria e posteriormente utilizadas para atender ao Plano de Ações Restritas (nota explicativa nº 32), podendo, ainda, serem canceladas ou alienadas. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de ações em tesouraria é de R\$ 19.021 (R\$ 6.016 em 31 de dezembro de 2015) correspondente a 1.000.000 (hum milhão) de ações ordinárias a um custo médio ponderado de aquisição de R\$ 19,01 (R\$ 17,17 em 31 de dezembro de 2015).

28.3 RESERVAS DE CAPITAL

28.3.1 Reservas de ágio

Referem-se ao ágio originado de incorporação reversa da JC Penney Brasil Investimentos Ltda. (R\$ 106.660) e da empresa JC Penney Brasil Comercial Ltda. (R\$ 11.505), ocorrido em 3 de dezembro de 1999 e 25 de maio de 2005, respectivamente.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28.3.2 Reserva de plano de opção de compra de ações e ações restritas

Referem-se à contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações e ações restritas, conforme descrito nas notas explicativas nº 31 e nº 32. A destinação das reservas de capital depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas (AGE). O saldo em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 180.124 (R\$ 154.126 em 31 de dezembro de 2015).

28.4 RESERVAS DE LUCROS

28.4.1 Reserva para investimento e expansão

Esta reserva é constituída conforme destinação deliberada pelos órgãos da Administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 34, item (c) do Estatuto Social da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 1.016.451 (R\$ 672.669 em 31 de dezembro de 2015).

28.4.2 Reserva legal

Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 34, item a do Estatuto Social da Companhia, é constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício. O saldo em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 123.718 (R\$ 92.465 em 31 de dezembro de 2015).

28.4.3 Dividendo adicional proposto

Refere-se aos dividendos propostos adicionalmente ao mínimo obrigatório, cujo montante é submetido à Assembleia Geral Ordinária (AGO) para aprovação. O saldo em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 76.816 (R\$ 79.137 em 31 de dezembro de 2015).

28.4.4 Ajustes de avaliação patrimonial

São apresentados como ajustes de avaliação patrimonial os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira e os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge accounting* de fluxo de caixa. O montante dos ajustes registrados representa um saldo acumulado de perda, líquida de impostos, no montante de R\$ 37.825 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 64.226 de ganho, líquido de impostos em 31 de dezembro de 2015) e serão revertidos quando da liquidação dos referidos instrumentos financeiros, com os efeitos no resultado segundo o regime de competência.

29 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A Administração da Companhia propôs, em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de janeiro de 2017, a distribuição de 40% do lucro líquido gerado no exercício de 2016, complementando em R\$ 76.667, a título de dividendos, montante já deliberado na forma de juros sobre capital próprio ao longo do exercício. A distribuição dos dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2017. A soma dos juros sobre capital próprio acrescido dos dividendos, totalizando 40% do lucro líquido gerado no exercício, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do Estatuto Social da Companhia.

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, está sendo constituída uma reserva de lucros para investimento e expansão no montante de R\$ 343.782, conforme previsto no art. 34, item (c) do Estatuto Social da Companhia, destinada a cobrir parte dos investimentos do plano de expansão, previstos para o exercício social de 2017. Conforme o art. 199 da Lei 6404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

Na data base destas demonstrações financeiras, as reservas de lucros superam o valor do capital social em R\$ 38.617. No entanto, a Assembleia Geral que deliberará sobre estas demonstrações financeiras, deverá também deliberar sobre a proposta da Administração para a distribuição de dividendo adicional de R\$ 76.667, de modo a atender referido dispositivo legal e a proposição de distribuição de 40% do lucro líquido gerado no exercício.

Os dividendos e os juros sobre capital próprio foram calculados como segue:

Base de cálculo ajustada dos dividendos e JSCP

Lucro líquido do exercício

(-) Reserva legal

Lucro líquido do exercício ajustado

Dividendo mínimo obrigatório (25%)

Dividendo adicional proposto

Total dos juros sobre o capital próprio e dividendos

% proposto de distribuição sobre o lucro líquido do exercício

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	625.058	578.838
(-) Reserva legal	(31.253)	(28.942)
Lucro líquido do exercício ajustado	593.805	549.896
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	148.451	137.474
Dividendo adicional proposto	101.572	94.061
Total dos juros sobre o capital próprio e dividendos	250.023	231.535
% proposto de distribuição sobre o lucro líquido do exercício	40%	40%

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos abaixo, o demonstrativo da proposta de distribuição dos dividendos e juros sobre capital próprio no exercício de 2016:

Período	Natureza	Pagamento	Ações em circulação (mil)	R\$/ação	Controladora e Consolidado	
					31/12/2016	31/12/2015
1º Trimestre	(*) JSCP	Abril/2017	639.691	0,06365	40.700	23.797
2º Trimestre	(*) JSCP	Abril/2017	641.736	0,06418	41.171	26.667
3º Trimestre	(*) JSCP	Abril/2017	642.503	0,06981	44.836	29.834
4º Trimestre	(*) JSCP	Abril/2017	642.551	0,07260	46.649	32.665
4º Trimestre	(*) Dividendos	Abril/2017	642.551	0,11930	76.667	118.572
4º Trimestre	(*) Dividendos prescritos	Abril/2017	642.551	0,00020	149	371
			TOTAL	0,38974	250.172	231.906

(*) A quantidade de ações em circulação está desconsiderando as ações em tesouraria.

Em adição à parcela de 40% do lucro líquido do exercício de R\$ 250.023, estão sendo destinados também R\$ 149 referentes a redistribuição de dividendos prescritos, ajustados à conta de lucros acumulados.

30 LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis.

A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para os exercícios em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Numerador básico/diluído	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Lucro líquido do exercício	625.058	578.838
Média ponderada de ações ordinárias	641.620	638.497
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções	5.352	1.976
Lucro líquido básico por ação - R\$	0,9742	0,9066
Lucro líquido diluído por ação - R\$	0,9661	0,9038

31 PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Todas as outorgas de opções de compra de ações realizadas até 2015 estão sob a vigência do Plano de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, realizada no dia 25 de maio de 2005, e alterado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas, realizadas nos dias 10 de abril de 2007 e 30 de março de 2009. Em 23 de setembro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas um novo Plano de opção de compra de ações. Ambos os planos preveem a supervisão do Comitê de Pessoas ("Comitê"), criado em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, o qual é composto por membros independentes do Conselho de Administração ("Conselho"). O plano vigente para as outorgas realizadas até 2015 prevê que os membros do Comitê não poderão ser beneficiados das opções de compra de ações, restrição que foi estendida aos demais membros do Conselho no novo Plano, aprovado em 2015 e que estará regulando as outorgas futuras.

31.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Os programas regulados pelo Plano de opções de compra de ações das outorgas realizadas até 2015 preveem que cinquenta por cento das opções tornar-se-ão exercíveis após o decurso de três anos de sua respectiva outorga, e o restante, após o decurso de quatro anos (considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga). Em relação aos programas do Plano de opção de compra de ações aprovado em 2015, há previsão para que 25% torne-se exercível após o decurso de um ano de sua respectiva outorga, e assim sucessivamente à razão de 25% para cada exercício subsequente de um ano. Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. A partir da 3ª outorga, no caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos Art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se qualquer desses casos resultarem em desligamento sem justa causa de participante do Plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao respectivo participante e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis, condição esta restrita ao desligamento que ocorrer em até 12 meses no caso do Plano aprovado em 2015. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de 6 (seis) anos contados da data de outorga de tal opção. Em 05 de março de 2014, foi aprovada uma outorga contratual de opções do Diretor Presidente, a qual prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência total de seis anos contados da data de outorga e a partir do segundo e do terceiro aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado de uma parcela de 30% das opções em cada aniversário, sendo que o saldo de 40% poderá ser exercido a partir do último trimestre do quarto ano a contar da data da assinatura do contrato, e desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador *Total Shareholder Return* (TSR), estabelecida pelo Conselho de Administração.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.2 POSIÇÃO DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Plano de Opções (data de aprovação)	Outorgas	Valor de Exercício	Data da Outorga	Carência 1º tranche	Carência 2º tranche	Carência 3º tranche	Carência 4º tranche	Posição das Outorgas (Quant.)	
								Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
1º plano - maio/05	7º outorga	10,28	16/02/11	15/02/14	15/02/15	-	-	-	298
1º plano - maio/05	8º outorga	11,03	06/02/12	05/02/15	05/02/16	-	-	181	1.374
1º plano - maio/05	9º outorga	15,61	22/02/13	22/02/16	21/02/17	-	-	1.233	2.089
1º plano - maio/05	10º outorga	11,24	19/02/14	18/02/17	18/02/18	-	-	3.105	3.335
1º plano - maio/05	Outorga contratual	11,18	05/03/14	04/03/16	04/03/17	29/11/17	-	5.013	6.250
1º plano - maio/05	11º outorga	14,58	12/02/15	11/02/18	11/02/19	-	-	2.992	3.169
1º plano - maio/05	11º outorga compl.	17,41	16/04/15	15/04/18	15/04/19	-	-	25	25
								12.549	16.540
2º plano - setembro/15	1º outorga	16,94	04/02/16	03/02/17	03/02/18	03/02/19	03/02/20	1.937	-
							Total	14.486	16.540

O preço de fechamento da ação da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 23,17 (R\$ 17,10 em 31 de dezembro de 2015).

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, existiam 14.486 mil opções *in the Money* (8º, 9º, 10º, 11º outorgas, outorga contratual e 1º outorga), demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015):

	31/12/2016	31/12/2015
Valor do Patrimônio Líquido	2.636.795	2.310.896
Quantidade de ações – mil	643.551	640.041
Valor patrimonial da ação – R\$	4,10	3,61
Valor do Patrimônio Líquido, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	2.825.814	2.515.243
Quantidade de ações, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	658.037	656.556
Valor patrimonial da ação, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	4,29	3,83
% de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	2,20%	2,52%

31.3 PREMISSAS PARA MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO DAS OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de

Black&Scholes. Para determinação do valor justo, a Companhia utilizou premissas como:

- Valor de exercício da opção: corresponde a taxa média ponderada dos últimos trinta pregões das ações da Lojas Renner S.A antes da data da outorga.
- Volatilidade do preço das ações da Companhia: corresponde a ponderação do histórico de negociações das ações da Companhia.
- Taxa de juros livre de risco: a Companhia utilizou o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) disponível na data da outorga e projetado para o prazo máximo de carência da opção.
- Dividendo esperado: esse percentual corresponde ao pagamento de dividendos por ação em relação ao valor de mercado da ação da Companhia na data da outorga.
- Prazo do direito de aquisição: representa o limite máximo do prazo de vencimento para os beneficiários exercerem suas opções.

31.4 MOVIMENTAÇÃO DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

	Quantidade (em milhares)
Saldo em 1º de janeiro de 2015	16.980
Opções outorgadas	3.631
Opções exercidas	(3.066)
Opções canceladas	(1.005)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.540
Opções outorgadas	2.047
Opções exercidas	(3.511)
Opções canceladas	(590)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	14.486

A despesa é registrada em uma base "*pro rata temporis*", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a despesa com plano de opção de compra de ações totalizou R\$ 24.044 (R\$ 26.431 em 31 de dezembro de 2015) na Controladora e no Consolidado.

32 PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

Em 23 de setembro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas um Plano de Ações Restritas. O plano será administrado pelo Comitê de Pessoas da Companhia ("Comitê"), criado em conformidade com o Estatuto Social, o qual é composto

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

por membros independentes do Conselho de Administração ("Conselho"). Referido plano prevê que os membros do Comitê e do Conselho não serão elegíveis às Ações Restritas objeto do plano.

32.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

Para fins deste plano, o Conselho de Administração poderá, mediante prévia recomendação do Comitê, outorgar um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia, não excedente a 1% da totalidade de ações emitidas. As Ações Restritas a serem outorgadas aos participantes serão aquelas que estiverem em tesouraria da Companhia. As outorgas de Ações Restritas serão feitas periodicamente em benefício de diretores, executivos e empregados da Companhia e de suas controladas que ocupem cargos estratégicos para os negócios da Companhia e/ou de suas controladas, assim identificados pelo Comitê. A transferência definitiva das Ações Restritas aos participantes estará condicionada ao cumprimento de um prazo de carência de três anos para cada outorga e, ao final do prazo de carência, o participante deverá estar com o vínculo com a Companhia em pleno vigor, caso contrário, as outorgas serão canceladas. Todas as Ações Restritas que ainda não tenham cumprido o prazo de carência, tornar-se-ão imediatamente devidas e serão transferidas aos titulares, seus herdeiros ou sucessores em caso de falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria. Na hipótese de ocorrência da obrigação de implementação de oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia, nos termos dos Art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, formulada nos termos do art. 257 da Lei 6.404/76, uma ou outra que resulte em desligamento sem justa causa de participante do Plano por iniciativa da Companhia, dentro do prazo de até 12 meses de tal ocorrência, fica desde já estabelecido que todas as ações restritas atribuídas ao respectivo participante, ainda que estejam dentro do exercício de carência, serão transferidas ao participante, por recomendação do Comitê e se aprovado pelo Conselho de Administração.

32.2 POSIÇÃO DO PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía um total de 453.000 ações restritas correspondente a 1º outorga emitida em 04 de fevereiro de 2016 com o preço da ação em R\$ 17,80. A carência da primeira *tranche* tem como limite 3 de fevereiro de 2019.

32.3 MOVIMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

No exercício findo em 31 de dezembro, foram outorgadas 472.000 ações restritas e canceladas 19.000 ações restritas, totalizando uma quantidade líquida em 453.000 ações restritas.

A despesa é registrada em uma base "*pro rata temporis*", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a despesa com plano de ações restritas, incluindo principal e encargos sociais, totalizaram R\$ 3.286.

33 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Apresentamos abaixo os resultados por segmento de negócio:

	Consolidado					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	5.721.757	5.450.852	729.821	694.346	6.451.578	6.145.198
Custos das vendas	(2.536.630)	(2.466.180)	(38.453)	(45.172)	(2.575.083)	(2.511.352)
Lucro bruto	3.185.127	2.984.672	691.368	649.174	3.876.495	3.633.846
Vendas	(1.547.462)	(1.389.728)	-	-	(1.547.462)	(1.389.728)
Gerais e administrativas	(521.149)	(469.389)	-	-	(521.149)	(469.389)
Perdas em crédito, líquidas	-	-	(262.203)	(281.141)	(262.203)	(281.141)
Outros resultados operacionais	(28.671)	(86.783)	(177.900)	(159.640)	(206.571)	(246.423)
Resultado gerado pelos segmentos	1.087.845	1.038.772	251.265	208.393	1.339.110	1.247.165
Informações Suplementares						
Depreciação e Amortização	(310.762)	(264.605)	(499)	(175)	(311.261)	(264.780)
Plano de opção de compra de ações	-	-	-	-	(24.044)	(26.431)
Resultado da baixa de ativos fixos	-	-	-	-	(21.381)	(12.757)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	(103.310)	(104.586)
Participações de administradores	-	-	-	-	(6.734)	(9.944)
IR e CS	-	-	-	-	(247.322)	(249.829)
Lucro líquido do exercício					625.058	578.838

O resultado do segmento apresentado na tabela acima, não deduz as despesas com depreciações e amortizações, com o plano de opção de compra de ações, com a participação de administradores e com a baixa de ativos fixos. A exclusão destas despesas no cálculo do resultado dos segmentos está em linha com a forma como a administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração de caixa da Companhia. A Companhia não aloca o resultado financeiro por segmento, entendendo que a sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital, do que propriamente a natureza do resultado de cada segmento de negócio.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34 RECEITAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita operacional bruta	7.574.366	7.398.446	8.450.085	8.073.387
Vendas de mercadorias	7.097.174	6.913.154	7.644.642	7.322.935
Produtos e serviços financeiros	477.192	485.292	805.443	750.452
Deduções	(1.834.239)	(1.818.573)	(1.998.507)	(1.928.189)
Impostos sobre vendas de mercadorias	(1.805.823)	(1.798.775)	(1.922.885)	(1.872.083)
Impostos sobre produtos e serviços financeiros	(28.416)	(19.798)	(75.622)	(56.106)
Receita operacional líquida	5.740.127	5.579.873	6.451.578	6.145.198

A Companhia não apresenta saldo de devoluções de vendas, pois de acordo com a sua política de devolução de produto, o cliente recebe no ato da devolução um bônus vale-troca do mesmo valor da mercadoria devolvida para posterior utilização em uma nova compra.

35 DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza das despesas com vendas e despesas administrativas e gerais em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Pessoal	(783.178)	(660.922)	(867.179)	(715.977)
Ocupação	(392.213)	(354.440)	(445.536)	(394.686)
Serviços de terceiros	(179.551)	(189.359)	(200.387)	(206.532)
Utilidades e serviços	(221.242)	(216.706)	(237.532)	(229.011)
Promoções	(147.178)	(159.832)	(163.535)	(172.147)
Outras despesas	(133.015)	(127.729)	(154.442)	(140.764)
Total	(1.856.377)	(1.708.988)	(2.068.611)	(1.859.117)
Classificadas como:				
Despesas com vendas				
Pessoal	(535.430)	(469.044)	(601.614)	(510.711)
Ocupação	(363.608)	(326.225)	(414.211)	(364.342)
Serviços de terceiros	(41.228)	(37.700)	(48.269)	(42.724)
Utilidades e serviços	(178.116)	(174.029)	(190.925)	(183.674)
Promoções	(147.178)	(159.832)	(163.535)	(172.147)
Outras despesas	(118.049)	(108.099)	(128.908)	(116.130)
	(1.383.609)	(1.274.929)	(1.547.462)	(1.389.728)
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	(237.951)	(181.907)	(255.768)	(195.294)
Ocupação	(28.605)	(28.215)	(31.326)	(30.345)
Serviços de terceiros	(138.323)	(151.659)	(152.118)	(163.809)
Utilidades e serviços	(43.126)	(42.677)	(46.607)	(45.336)
Outras despesas	(24.763)	(29.601)	(35.330)	(34.605)
	(472.768)	(434.059)	(521.149)	(469.389)
Total	(1.856.377)	(1.708.988)	(2.068.611)	(1.859.117)

36 OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Pró-labore dos administradores	(9.797)	(9.971)	(9.797)	(9.971)
Despesas tributárias	(37.653)	(35.425)	(43.077)	(39.822)
Despesas com produtos e serviços financeiros	(79.970)	(74.367)	(177.900)	(159.640)
Resultado da baixa de ativos fixos	(21.360)	(12.582)	(21.381)	(12.757)
Depreciação e amortização	(291.260)	(249.346)	(311.261)	(264.780)
Plano de opção de compra de ações	(24.044)	(26.431)	(24.044)	(26.431)
Participação de administradores	(6.734)	(9.944)	(6.734)	(9.944)
Outras receitas (despesas) operacionais	17.947	(22.250)	18.236	(21.445)
Recuperação de créditos fiscais	50.418	38.484	53.222	48.741
Participação empregados	(43.318)	(58.110)	(47.255)	(64.286)
Outros resultados operacionais	(445.771)	(459.942)	(569.991)	(560.335)

37 RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras reconhecidas no resultado financeiro são predominantemente derivadas do rendimento auferido nas aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa e ganho com operações de hedge liquidadas, as quais estão sujeitas a taxas usuais de mercado e, portanto se assemelham ao valor justo ou de mercado para os respectivos ativos. As despesas financeiras decorrem principalmente dos juros de empréstimos, financiamentos, das debêntures e swap, e também, da perda com operações de hedge competência.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras	77.277	82.530	87.472	93.853
Rendimentos de equivalentes de caixa	59.241	52.660	67.487	55.960
Juros recebidos	2.059	815	2.306	863
Variação cambial ativa	149	25.496	1.841	31.770
Variação monetária ativa	760	1.072	768	1.092
Ganho com operações de hedge liquidadas	14.408	2.256	14.408	2.256
Ganho com operações de hedge competência	660	231	660	-
Outras receitas financeiras	-	-	2	1.912
Despesas financeiras	(180.917)	(188.099)	(190.782)	(198.439)
Juros de empréstimos, financiamentos e swap	(138.416)	(148.045)	(142.713)	(149.868)
Juros arrendamento mercantil financeiro	(8.184)	(5.792)	(8.184)	(5.792)
Juros passivos	(1.880)	(765)	(2.040)	(899)
Variação cambial passiva	(684)	(22.871)	(1.927)	(27.930)
Variação monetária passiva	(3.349)	(1.959)	(3.328)	(2.550)
Perda com operações de hedge liquidadas	(6.051)	-	(8.510)	-
Perda com operações de hedge competência	(13.484)	-	(13.484)	(1.420)
Outras despesas financeiras	(8.869)	(8.667)	(10.596)	(9.980)
Resultado financeiro líquido	(103.640)	(105.569)	(103.310)	(104.586)

38 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado abaixo:

Responsabilidade Civil e Administradores
Patrimônio e Estoque
Veículos

Consolidado	
31/12/2016	31/12/2015
88.200	87.200
3.419.535	3.042.507
35.208	31.528
3.542.943	3.161.235

39 ACORDOS OU OUTRAS OBRIGAÇÕES RELEVANTES ENTRE A COMPANHIA E SEUS ADMINISTRADORES

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tem prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição e estão vinculadas por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e uma variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. O vencimento dos contratos está vinculado ao prazo de mandato dos diretores, com exceção do contrato firmado com o Diretor Presidente.

Em 4 de fevereiro de 2016, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a prorrogação do contrato do Diretor Presidente da Companhia por dois anos, a contar de 1º de janeiro de 2017, conforme previsto no Termo de Ajuste de Direitos e Obrigações, firmado em 5 de março de 2014. A remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. Também foi concedida ao diretor presidente uma nova outorga de opção de compra de ações (vide nota explicativa nº 31).

40 EVENTO SUBSEQUENTE

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião de 18 de janeiro de 2017, a realização da sétima emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Debêntures" e "Emissão").

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Serão emitidas trinta mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais), totalizando R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais). A emissão das debêntures deverá ocorrer em fevereiro de 2017 com vencimento para fevereiro de 2020.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão serão destinados para o alongamento do perfil de endividamento da Companhia.
